ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

Nº 174
Periodicidade Bimestral
SETEMBRO/OUTUBRO
2026 · Distribuição Gratuita

CONFAGRI



REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC — E VÃO CINCO...

ENTREVISTA

Entrevista com o Vice-Presidente da CCDR-Norte, Paulo Ramalho

DESTAQUE

CONFAGRI Intensifica Intervenção Política em Defesa da Agricultura Nacional

ATUALIDADE

Combustíveis Agravam Desvantagem Competitiva da Agricultura Portuguesa

EM FOCO

A Estratégia Europeia para o Sector Pecuário: Que Futuro?

CONSULTE ESTA EDIÇÃO DA REVISTA

pepac 23.27 Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
REPÚBLICA PORTUGUESA
UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Agrícolas

IFAP
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

PRÉMIOS E ECORREGIMES «ANIMAIS» EIXO A DO PEPAC PORTUGAL

- Até 31 de dezembro, manifeste a intenção de candidatura, para o ano de 2027, aos regimes de apoio associado «Animais»[1] e aos regimes ecológicos do Eixo A[2], na Área Reservada do Portal do IFAP
- A candidatura destina-se aos produtores do Continente que pretendam candidatar-se pela primeira vez em 2027 e que não apresentaram Pedido Único (PU) em 2026

Cultivamos o desenvolvimento, apoiamos o futuro!

1 Intervenções do PEPAC A.1.2.1 *«Prémio por vaca em aleitamento»*, A.1.2.2 *«Prémio aos pequenos ruminantes»* e A.1.2.3 *«Prémio ao leite de vaca»*

2 Intervenções do PEPAC A.3.4 *«Melhoria da eficiência alimentar animal»* e A.3.5 *«Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos»*

www.ifap.pt

Estamos no Facebook, X, LinkedIn e Instagram
+ info:
ifap@ifap.pt
212 427 708
Rua Fernando Curado Ribeiro nº 4G, Lisboa

23.27 pepac Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
REPÚBLICA PORTUGUESA
UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Agrícolas

A POLÍTICA AGRÍCOLA (POUCO!) COMUM II



Idalino Leão
Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

A Política Agrícola Comum (PAC), base da fundação da União Europeia, está a perder a sua essência.

Estratégica, Estruturante e efetivamente Comum, assim deveria assumir-se, mas não. Vivemos um período de transição para um Fundo único onde Agroalimentar e Coesão vão competir entre si pela distribuição de verbas com reduções assumidas pelos seus autores e que vão colocar a competitividade e investimento em causa.

Isto compromete o futuro do sector agroalimentar e coloca em causa objetivos essenciais como a capacitação, a inovação e a renovação geracional.

Num contexto de incerteza geopolítica e de intensa concorrência internacional, a redução destes apoios acelera o declínio do mundo rural europeu. Estamos perante uma Política Comum descaracterizada, afastada da sua função primordial e dos princípios para os quais foi pensada e criada. Uma política que se transforma num mero instrumento dependente do livre-arbítrio de cada Estado-Membro, abrindo a porta à distorção do mercado e ao favorecimento, uma vez mais, de quem detém maior poder financeiro. Seria legítimo esperar garantia e solidariedade europeias, pensarmos numa Europa que protege, que cuida e que reconhece o papel da Agricultura.

A aprovação intempestiva por parte de todos os ministros da Agricultura da UE, antes mesmo da negociação do Quadro Financeiro Plurianual e suas dotações, encontra soluções sem clareza quanto ao seu financiamento, ao seu caráter comum e à sua execução.

Longe de proporcionar a certeza e a previsibilidade de que os agricultores e as cooperativas agrícolas necessitam, reina a incerteza em temas como os requisitos de condicionalidade das explorações, a aplicação do princípio de «Não Prejudicar Significativamente» (regra do Pacto Ecológico Europeu que determina que os investimentos e medidas apoiados por financiamento público não podem resultar em impactos negativos significativos sobre os objetivos ambientais definidos pela União Europeia), bem como, quanto ao sistema de controlo e sanções.

Acrescem ainda, a ausência de um reconhecimento explícito das cooperativas agrícolas no apoio aos investimentos e as insuficiências na cada vez mais importante gestão de riscos.

Tudo isto enquanto a Comissão Europeia prepara as suas Recomendações por país,que, embora não sejam obrigatórias, balizam, em grande medida, as futuras escolhas.

As ameaças legislativas são mais que muitas, a Lei da Desflorestação, o CBAM (Mecanismo de Ajustamento Carbónico Transfronteiriço) e outro tipo de entropias estão o colocar o sector num verdadeiro colete de forças que o asfixia.

O afastamento entre a bolha política de Bruxelas e a realidade vivida em cada Estado-Membro resulta nesta proposta verdadeiramente desastrosa para o futuro da Agricultura europeia.

É imperativo que o Governo e Parlamento Nacional rejeitem este caminho assumindo de uma vez por todas o sector Agroalimentar como estratégico e um verdadeiro desígnio nacional. ●

ÍNDICE

ESPAÇORURAL N.º 174
Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2026

SETEMBRO/OUTUBRO

03 EDITORIAL
IDALINO LEÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONFAGRI



05 DESTAQUE
CONFAGRI DEBATE FUTURO DA AGRICULTURA REGIONAL NA AGRIVAL

08 ENTREVISTA
CAPACITAR AS COOPERATIVAS PARA VALORIZAR A AGRICULTURA E OS TERRITÓRIOS
PAULO RAMALHO VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE

12 DESTAQUE
CONFAGRI INTENSIFICA INTERVENÇÃO POLÍTICA EM DEFESA DA AGRICULTURA NACIONAL

14 ENTREVISTA
COOPENAFIEL – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL

18 EM FOCO
CONFAGRI REÚNE CADEIA AGROALIMENTAR PARA DEBATER DESAFIOS E RESPOSTAS PARA O FUTURO

22 ATUALIDADE
CONFAGRI ENTREGA AO GOVERNO MANIFESTO PELO FUTURO DO SECTOR AGROALIMENTAR

24 TEMA DE CAPA
REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC: E VÃO CINCO…

28 DIVULGAÇÃO
COOPERATIVAS AGRÍCOLAS 2030: CONFAGRI E CRÉDITO AGRÍCOLA ASSUMEM COMPROMISSO PARA O FUTURO

29 ATUALIDADE
COMBUSTÍVEIS AGRAVAM DESVANTAGEM COMPETITIVA DA AGRICULTURA PORTUGUESA

32 MULHERES QUE CULTIVAM O FUTURO
JOVENS AGRICULTORAS: DOIS PERCURSOS, DOIS PROJETOS, UM FUTURO

35 DIVULGAÇÃO
CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA 27.ª FEIRA NACIONAL DO PORCO

36 EM FOCO
A ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA O SECTOR PECUÁRIO: QUE FUTURO?

39 DIVULGAÇÃO
CA SEGUROS REFORÇA O CA CLINICARD COM NOVAS VALÊNCIAS DIGITAIS

40 DIVULGAÇÃO
A AGROSEMANA VOLTOU A REUNIR O SECTOR AGRÍCOLA E MILHARES DE VISITANTES

42 DIVULGAÇÃO
ASCENDUM ASSUME REPRESENTAÇÃO DA FENDT EM PORTUGAL
ASCENDUM É O NOVO DISTRIBUIDOR OFICIAL DA FENDT – MARCA DE TRATORES E ALFAIAS AGRÍCOLAS – DESDE SETEMBRO DE 2026

43 DIVULGAÇÃO
CONFAGRI PROMOVEU VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NA FATACIL

44 ATUALIDADE
CONFAGRI PARTICIPA NO ENCONTRO NACIONAL DAS GUARDIÃS DA NATUREZA

45 PROJETOS CONFAGRI
CONFAGRI RECEBE ALUNOS DE ESCOLA AGRÍCOLA FRANCESA PARA SESSÃO SOBRE RENOVAÇÃO GERACIONAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

46 PROJETOS CONFAGRI
EVENTO SOBRE DIGITALIZAÇÃO NA AGROSEMANA DESTACA PROJETO VITISENSE

Como funciona o código QR?

1. Descarregue uma aplicação gratuita do leitor de *QR code* a partir do seu dispositivo móvel.
2. Faça *scan* do código QR, centrando-o no ecrã do dispositivo móvel.
3. Consulte a Revista Espaço Rural.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO

CONFAGRI

CONTACTOS
Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR
Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA
Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO
Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em *https://www.confagri.pt/content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf*

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

CONTACTO
Avenida Almirante Reis, 114 - 2º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA
CONFAGRI e iStock

TIRAGEM
7500 exemplares

PERIODICIDADE
Bimestral

IMPRESSÃO
Jorge Fernandes, Lda.
Rua Quinta do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca da Caparica

DEPÓSITO LEGAL
242723/06

REGISTO
ERS 115370

Distribuição Gratuita

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS RESPETIVOS SUBSCRITORES

CONFAGRI DEBATE FUTURO DA AGRICULTURA REGIONAL NA AGRIVAL

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. SESSÃO DE ENCERRAMENTO, COM A INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, E DO VICE-PRESIDENTE DA CCDR NORTE, PAULO RAMALHO, COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

A CONFAGRI promoveu, no dia 27 de agosto, na AGRIVAL – Feira Agrícola do Vale do Sousa, em Penafiel, o colóquio "O Futuro da Agricultura na Região – 50 Anos da COOPENAFIEL", numa iniciativa realizada com a colaboração da Cooperativa Agrícola de Penafiel e que reuniu agricultores, dirigentes cooperativos e responsáveis institucionais para refletir sobre os principais desafios e oportunidades do sector agrícola regional.

A renovação geracional, a rentabilidade das explorações, a inovação e a tecnologia, as alterações climáticas e o papel das políticas públicas estiveram entre os temas que marcaram uma manhã de debate, num encontro que assinalou também cinco décadas de atividade da COOPENAFIEL.

Antes do início da sessão de abertura, o Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, dirigiu uma mensagem de boas-vindas aos participantes, sublinhando a importância de reunir os diferentes protagonistas do



2. ASPETO GERAL DA SALA

sector para debater os desafios concretos da agricultura na região e antecipar as mudanças que marcarão os próximos anos. Destacou, igualmente, a importância de promover este debate a partir da realidade local, tendo em conta o impacto que as transformações dos próximos anos terão na agricultura e nas comunidades rurais, bem como o papel dos agricultores e das cooperativas neste processo.



2. SESSÃO DE ABERTURA, COM A INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL, PEDRO CEPEDA, DO PRESIDENTE DA COOPENAFIEL, VITOR MOUTINHO E DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

A sessão de abertura contou com as intervenções de Vítor Moutinho, Presidente da COOPENAFIEL, e de Pedro Cepeda, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel.
O Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Pedro Cepeda, associou o colóquio à inauguração simbólica do auditório requalificado da AGRIVAL e reconheceu o trabalho desenvolvido pela CONFAGRI e pela COOPENAFIEL na defesa do sector. Destacou igualmente o rejuvenescimento da Direção da cooperativa e defendeu a agricultura como um dos motores da região e do país.
Na sua intervenção, identificou três desafios fundamentais: renovação geracional, inovação e tecnologia e rentabilidade da atividade. Sem rendimento adequado, salientou, torna-se difícil atrair jovens, investir e assegurar a sustentabilidade das explorações.
Também o Presidente da COOPENAFIEL, Vítor Moutinho, colocou a sustentabilidade económica no centro da reflexão. Ao assinalar os 50 anos da cooperativa, lembrou as profundas transformações ocorridas na agricultura ao longo de cinco décadas, mas sublinhou que permanece atual a razão de ser do cooperativismo: apoiar os agricultores, criar escala, partilhar conhecimento e encontrar soluções coletivas.
Alterações climáticas, gestão da água, custos de produção, exigência dos mercados e necessidade de acrescentar valor foram apontados como desafios que exigem respostas concertadas. Vítor Moutinho defendeu uma cooperativa próxima dos agricultores, capaz de apoiar a inovação, a modernização e a valorização da produção. "O futuro da agricultura nem sempre se constrói em gabinetes, constrói-se no terreno", afirmou, deixando também uma ideia particularmente significativa para o debate: o objetivo do encontro não seria necessariamente encontrar todas as respostas, mas sair com "melhores perguntas".

Conhecimento e cooperação para responder aos desafios

A intervenção de Arlindo Cunha proporcionou um enquadramento mais abrangente sobre a agricultura da Região Norte, tendo como uma das principais referências um estudo sobre o "Ecossistema Agroalimentar, Gestão Ativa do Território e Desenvolvimento Regional", encomendado pela CCDR Norte.
O antigo Ministro da Agricultura chamou a atenção para a necessidade de avaliar o sector para além da produção, considerando também a transformação, o emprego, o valor acrescentado e o papel da agricultura na gestão do território. Defendeu maior apoio à instalação de jovens agricultores, respostas adequadas à questão da água e políticas públicas capazes de refletir as diferenças entre os vários territórios.
As cooperativas mereceram igualmente uma atenção particular. Arlindo Cunha defendeu o seu papel enquanto estruturas próximas dos agricultores, capazes de gerar escala, conhecimento e capacidade de intervenção, considerando positivo o reforço da sua elegibilidade em determinadas medidas de apoio.
Na mesa-redonda "O Futuro da Agricultura na Região", Sandra Cristina Costa, Francisco Duarte, Manuel Moreira e Vítor Moutinho partilharam experiências concretas e perspetivas sobre a realidade agrícola regional. A discussão centrou-se em temas como a sucessão geracional, rentabilidade, inovação, tecnologia, água e alterações climáticas.
Na síntese do debate, a moderadora Isabel Santana destacou precisamente estes quatro grandes eixos — renovação geracional, inovação e tecnologia, viabilidade económica e alterações climáticas — deixando uma ideia central: "O futuro da agricultura constrói-se hoje."

Idalino Leão reclama maior reconhecimento para as cooperativas

Na sessão de encerramento, Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, adotou um tom particularmente direto, partindo da realidade do território para lançar um desafio ao movimento cooperativo.
Perante uma região da CIM do Tâmega e Sousa com 11 municípios e 14 organizações agrícolas, considerou necessário repensar a atual organização do sector. "É impossível alimentarmos a ilusão de querermos manter as mesmas organizações quando somos cada vez menos", afirmou, defendendo que a reorganização deve ser assumida pelo próprio movimento cooperativo, enquanto ainda existe margem para fazê-lo de forma voluntária.
Idalino Leão destacou o potencial da vinha, do kiwi e do sector pecuário na região, mas considerou indispensável que as políticas públicas deem sinais concretos de apoio às cooperativas. Defendeu, nesse âmbito, um programa específico de reconhecimento e capacitação das organizações cooperativas, lembrando que o último programa desta natureza remonta ao período em que Arlindo Cunha era Ministro da Agricultura e incluía, entre outras medidas, um apoio à contratação de técnicos pelas cooperativas.Outro dos temas centrais foi o acompanhamento dos jovens agricultores. O Presidente da

CONFAGRI reiterou a proposta para que os projetos de instalação sejam acompanhados por um tutor técnico durante os primeiros cinco anos, garantindo maior acompanhamento aos novos produtores. A competitividade foi igualmente colocada em primeiro plano, com particular enfoque nos custos energéticos e no gasóleo agrícola, enquanto a gestão da água e a simplificação administrativa foram apontadas como áreas onde persistem dificuldades concretas.

Idalino Leão defendeu ainda a criação de programas operacionais regionais específicos para a agricultura, permitindo respostas mais ajustadas às características de cada território. Reafirmou, neste contexto, a posição da CONFAGRI relativamente à reprogramação do PEPAC e à necessidade de preservar capacidade de investimento. A renovação geracional voltou a estar presente no final da intervenção, através da proposta da CONFAGRI para o reconhecimento da profissão de agricultor como atividade de desgaste rápido, associado à transmissão da exploração para uma geração mais jovem.



3. INTERVENÇÃO DE ARLINDO CUNHA



4. INTERVENIENTES DA MESA-REDONDA

Uma agricultura em mudança e uma oportunidade para o Norte

O Vice-Presidente da CCDR Norte, Paulo Ramalho, encerrou os trabalhos reconhecendo o papel dos agricultores na produção de alimentos e na gestão do território e valorizando o trabalho desenvolvido pela CONFAGRI na apresentação de propostas para o sector.

Paulo Ramalho defendeu a necessidade de aprender com o passado para desenhar melhores políticas públicas e considerou que as alterações previstas no próximo quadro de apoios europeus podem constituir uma oportunidade para adaptar as políticas às diferentes realidades agrícolas do país e, em particular, do Norte.

Neste contexto, admitiu a possibilidade de uma maior regionalização das respostas aos investimentos agrícolas e agroalimentares, com apoios dirigidos às necessidades específicas de sectores e sub-regiões. Revelou ainda estar a aguardar aprovação final de um programa de capacitação das cooperativas da Região Norte, que permitirá reforçar as competências e a capacidade de resposta destas organizações".

A renovação geracional mereceu igualmente destaque. Segundo os números apresentados em 2025, o Norte concentrou mais de metade das candidaturas nacionais à primeira instalação de jovens agricultores, com cerca de 1.090 candidaturas, das quais 113 na CIM do Tâmega e Sousa.

O Vice-Presidente da CCDR Norte sublinhou ainda que o agricultor deve ser reconhecido não apenas como produtor de alimentos, mas também pelo contributo para a manutenção da paisagem, biodiversidade e gestão do território. A finalizar, a tecnologia, agricultura de precisão, robótica, drones e utilização de dados foram apontados pelo responsável como ferramentas que já estão a transformar o sector e que poderão contribuir para responder às mudanças nos modelos de produção e aos novos perfis de consumo.

Um sector em transformação, um futuro a construir

O colóquio mostrou que os desafios da agricultura regional são diversos, mas estão profundamente ligados entre si: renovar o sector, garantir rendimento, ganhar escala, inovar e criar condições para que as novas gerações possam continuar a produzir. Ao assinalar os 50 anos da COOPENAFIEL, a iniciativa promovida pela CONFAGRI reforçou a importância de transformar a experiência acumulada pelo sector em capacidade de resposta e de construir, através da cooperação entre agricultores, cooperativas, autarquias e entidades públicas, um sector mais forte, competitivo e preparado para o futuro. ●

CAPACITAR AS COOPERATIVAS PARA VALORIZAR A AGRICULTURA E OS TERRITÓRIOS

ENTREVISTA COM PAULO RAMALHO VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE



1. PAULO RAMALHO, VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE

A recente abertura de um aviso do NORTE 2030 destinado à capacitação das cooperativas agrícolas em territórios de baixa densidade constitui o ponto de partida desta entrevista a Paulo Ramalho, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte). Uma iniciativa que procura reforçar a capacidade de organização, gestão e valorização económica das cooperativas, reconhecendo o seu papel na resposta aos desafios estruturais da agricultura regional.

Ao longo da conversa, Paulo Ramalho aborda a importância de políticas públicas ajustadas às especificidades dos territórios, a necessidade de melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor e os desafios da inovação, da renovação geracional e da sustentabilidade económica, destacando o contributo que um movimento cooperativo mais capacitado pode dar para o futuro da agricultura e para a coesão territorial.

1. Na sua intervenção no colóquio da CONFAGRI na AGRIVAL, em agosto, referiu que estava a aguardar a aprovação de um programa de capacitação das cooperativas da Região Norte. Entretanto, foi publicado o aviso que concretiza esta iniciativa-piloto. Como surgiu esta iniciativa e que importância estratégica atribui à sua criação neste momento?

É nossa missão acompanhar de perto as dinâmicas dos nossos territórios, mas também procurar soluções para os desafios que vamos identificando, sempre no sentido de contribuir para a construção de uma região mais coesa e sustentável.

A maior parte do tecido produtivo agrícola da Região Norte está assente em explorações familiares, de pequena dimensão e constituídas por parcelas fragmentadas, que enfrentam, frequentemente, desafios próprios da falta de escala, quer ao nível dos custos de produção, quer no acesso aos mercados, designadamente face à atual tendência de concentração dos circuitos de distribuição agroalimentares. Recordo que, em Portugal, a grande distribuição detém uma quota de mercado na ordem dos 80%. Ora, é neste contexto que as cooperativas, juntando as suas dimensões associativa e económica, se afiguram como organizações capazes de oferecer a escala que falta aos agricultores dos territórios de minifúndio, como é maioritariamente o nosso, facilitando o seu acesso a fatores de produção e serviços mais competitivos, mas, acima de tudo, acesso aos mercados, elevando a capacidade de valorização dos seus produtos, pela concentração e estruturação da oferta, bem como pelo poder de negociação.
Por outro lado, muitas das nossas cooperativas precisam claramente de reforçar a sua capacidade institucional e de gestão, de atualizar e reforçar a sua capacidade de resposta face aos novos desafios que o mundo de hoje nos coloca. Nesse sentido, a contratação de recursos humanos qualificados, de preferência jovens e com perfil inovador, é um caminho que nos parece essencial para o efeito, designadamente nos territórios de baixa densidade, onde o sector agrário é o principal responsável pelos produtos endógenos que acrescentam valor à economia local e onde mais se faz sentir a perda de população, designadamente jovem.

> As cooperativas agrícolas são fundamentais para reforçar a competitividade do sector, valorizar o trabalho dos agricultores e dinamizar o desenvolvimento dos territórios.

2. O aviso dirige-se a cooperativas agrícolas localizadas em territórios de baixa densidade e associa a criação de um posto de trabalho qualificado ao reforço da capacidade de organização, gestão e valorização económica das cooperativas. Que necessidades especificas identificadas no território pretende a CCDR-Norte ajudar a ultrapassar através desta medida?
Antes de mais, a CCDR-Norte vê na agricultura uma atividade absolutamente essencial para o território, não só como atividade económica, produtora de bens alimentares, mas também como uma atividade que contribui para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, que promove a manutenção e qualificação das nossas paisagens rurais, que fixa pessoas no território e que desempenha até um papel decisivo na prevenção dos fogos rurais.
Por outro lado, não podemos esquecer que mais de metade dos 86 Municípios da Região Norte são territórios classificados como sendo de baixa densidade, com grandes espaços rurais, onde, em boa parte deles, a agricultura é das principais atividades da economia local e responsável mesmo pela produção dos seus principais produtos endógenos. Sucede que o sector agrícola enfrenta atualmente, em particular nestes territórios, um problema sério de envelhecimento da sua população produtiva, de retenção dos mais jovens e de

UVBOOSTING
Representação exclusiva para Portugal

Estimulação com raios UV-C para reforçar as defesas naturais da planta



Tratamentos para culturas de alto valor

- Melhora a nutrição da planta
- Previne a propagação de doenças fúngicas
- Protege contra danos por geadas
- Aumenta a resistência à seca
- Melhora o crescimento e rendimento das plantas
- Tem efeito positivo na qualidade da produção

- Emissões curtas de brilhos UV-C produzidos com a nossa técnica patenteada



- Ativação metabólica da planta - concentração máxima de ácido salicílico



- A planta reage a ataques físicos ou biológicos de forma mais rápida e eficiente



Tractores Ibéricos
Grupo Auto-Industrial

grupoautoindustrial.pt/agricola/marcas/uvboosting/

atratividade, essencialmente por força de uma deficiente valorização e reconhecimento do seu trabalho. Não por falta de qualidade ou diferenciação dos seus produtos, mas por incapacidade de o agricultor traduzir o seu esforço em mais rendimento, em valor acrescentado. Falta escala organizada, falta transformação, falta marca e promoção, falta acesso a mercados de valor, ou seja, falta organização económica e comercial da produção.
Ora, é nossa convicção, que cooperativas agrícolas capacitadas e dotadas de recursos humanos competentes podem ser instrumentos muito importantes na construção de respostas a estes desafios, e, assim, acrescentar valor à produção agrícola destes territórios e à própria economia local. Sendo claro, que algumas das cooperativas agrícolas carecem também de reforçar as suas competências técnicas e de gestão para melhor servirem os seus agricultores, pelo que este aviso do NORTE 2030 é uma oportunidade.

> O futuro da agricultura e a renovação geracional dependem da capacidade de tornar a atividade agrícola economicamente atrativa e rentável.

3. A capacitação prevista abrange áreas como organização da oferta, comercialização, *marketing*, digitalização, inovação, qualidade, internacionalização e cooperação territorial. Considera que esta maior capacidade de organização e valorização comercial é hoje determinante para que as cooperativas consigam criar mais valor para os seus produtores e afirmar os produtos dos territórios?
Absolutamente essencial. Vivemos tempos de mudança e de grandes desafios que afetam naturalmente o sector agroalimentar. As alterações climáticas, as políticas ligadas à sustentabilidade ambiental e a crescente introdução de novas tecnologias no sector estão a mudar o modo como produzimos. Os mercados globais, influenciados pelos movimentos da geopolítica internacional, são hoje caracterizados por uma grande volatilidade e incerteza, mas também são cada vez mais competitivos. O próprio comportamento dos consumidores está em mudança, com uma crescente valorização da alimentação saudável, do interesse pelo conhecimento da origem dos alimentos e do modo como são produzidos. A este propósito, há aqui um grande espaço de crescimento para os circuitos curtos de comercialização de bens alimentares, onde as cooperativas podem ser atores principais na valorização dos produtos dos seus agricultores. E, neste domínio, as plataformas eletrónicas que o mundo digital hoje disponibiliza são claramente ferramentas que não podem ser ignoradas. Daí que as cooperativas agrícolas, para serem elas próprias competitivas e capazes de responder aos desafios e necessidades dos seus agricultores, não possam prescindir de recursos humanos qualificados, com competências especializadas e preparados para assumir processos de inovação. Hoje, não basta estar nos mercados, temos de os saber interpretar, antecipar tendências, saber promover, ser mais empreendedores, temos de ir à procura…

4.As realidades agrícolas do Norte são muito diversas, quer entre territórios, quer entre fileiras e modelos de produção. Até que ponto as políticas públicas de apoio à agricultura devem ter em conta estas diferentes realidades e adaptar os seus instrumentos às necessidades concretas de cada território?
Sem dúvida. Se percorrermos todo o território da Região Norte, vamos seguramente encontrar diversas agriculturas, com diferentes modelos de produção, de organização e de rentabilidade. A realidade agrícola do "Entre Douro e Minho" é muito diferente da de "Trás-os-Montes", da mesma forma que as culturas permanentes têm especificidades muito distintas das culturas temporárias e fazer agricultura nos territórios do litoral e próximos das cidades é bem diferente de desenvolver esta mesma atividade em zonas de montanha e do interior, que o diga a pastorícia extensiva. Daí que, respondendo à pergunta em concreto, estou plenamente convencido que a eficácia das políticas públicas está frequentemente associada à capacidade de tratarmos de forma diferente o que não é realmente igual. Entendo, por isso, que deveremos caminhar, cada vez mais, para a construção de medidas diferenciadas, que sejam capazes de responder, de forma ajustada, às diversas especificidades e necessidades do território e, obviamente, da própria realidade agrícola em questão. Recordo a importância da proximidade ao território e do princípio da subsidiariedade. O NORTE 2030, que financia esta iniciativa piloto de reforço da capacitação do sector cooperativo agrícola em zonas de baixa densidade, procura seguir este caminho.

5. A renovação geracional, a inovação e a tecnologia e a viabilidade económica são alguns dos grandes desafios que se colocam atualmente à agricultura. Olhando para esta realidade, quais considera serem hoje as principais prioridades para garantir a sustentabilidade económica e a renovação do sector e que papel podem desempenhar as cooperativas nesse processo?
A renovação geracional é talvez o maior desafio que o sector enfrenta. Temos um tecido produtivo agrícola cuja média de idades anda na ordem dos 64 anos, bem mais elevado que o da média da União Europeia, que ronda os 57 anos. Temos, nesta matéria, de fazer mais, apesar de nos últimos dois anos o Governo ter duplicado os apoios à instalação de jovens agricultores, designadamente aos que se pretendem instalar em regime de exclusividade. O prémio passou de 25.000 euros para 50.000 euros e o apoio ao investimento, que tinha um limite de 206.000 euros, passou para um limite de 400.000 euros. Aliás, a propósito, registo com satisfação, que a Região Norte apresentou, em 2025, 1090 candidaturas de jovens agricultores à primeira instalação, o que corresponde a mais de 50% de todas as candidaturas do país.

> Um sector agrícola forte é claramente sinónimo de soberania, de autonomia estratégica de um país.

Quanto à inovação e à introdução das novas tecnologias, como a agricultura de precisão, a sensorização, a robótica, os drones, as cercas virtuais e a inteligência artificial, não tenho dúvidas de que, em muitas explorações, são já um processo em curso e vão, para além de tornar o processo produtivo mais eficiente, contribuir para reter e atrair mais jovens para o sector agrário. Veja-se o que está a acontecer nas explorações agropecuárias do sector do leite com a introdução da robótica.

Sobre o papel das cooperativas neste processo, deve naturalmente estar alinhado com os desafios e ambições do sector, dando corpo e voz aos interesses e ambições dos agricultores que representam, sem prescindir da missão de mobilizar e integrar no movimento os mais jovens e de com eles partilhar responsabilidades. Por outro lado, as cooperativas agrícolas devem ser liderantes e parceiras nos processos de capacitação e inovação dos seus agricultores, devendo, para o efeito, integrar redes de conhecimento, de investigação e desenvolvimento. Por último, é importante que não se esqueça, que não haverá futuro sustentável para o sector agroalimentar se não se conseguir melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor. Aqui, o papel das cooperativas é ainda mais importante. Uma cooperativa devidamente capacitada, com os meios necessários para exercer a sua missão, será sempre um instrumento de competitividade para os seus agricultores. As cooperativas que, recordo, são constituídas por associados que são simultaneamente produtores.

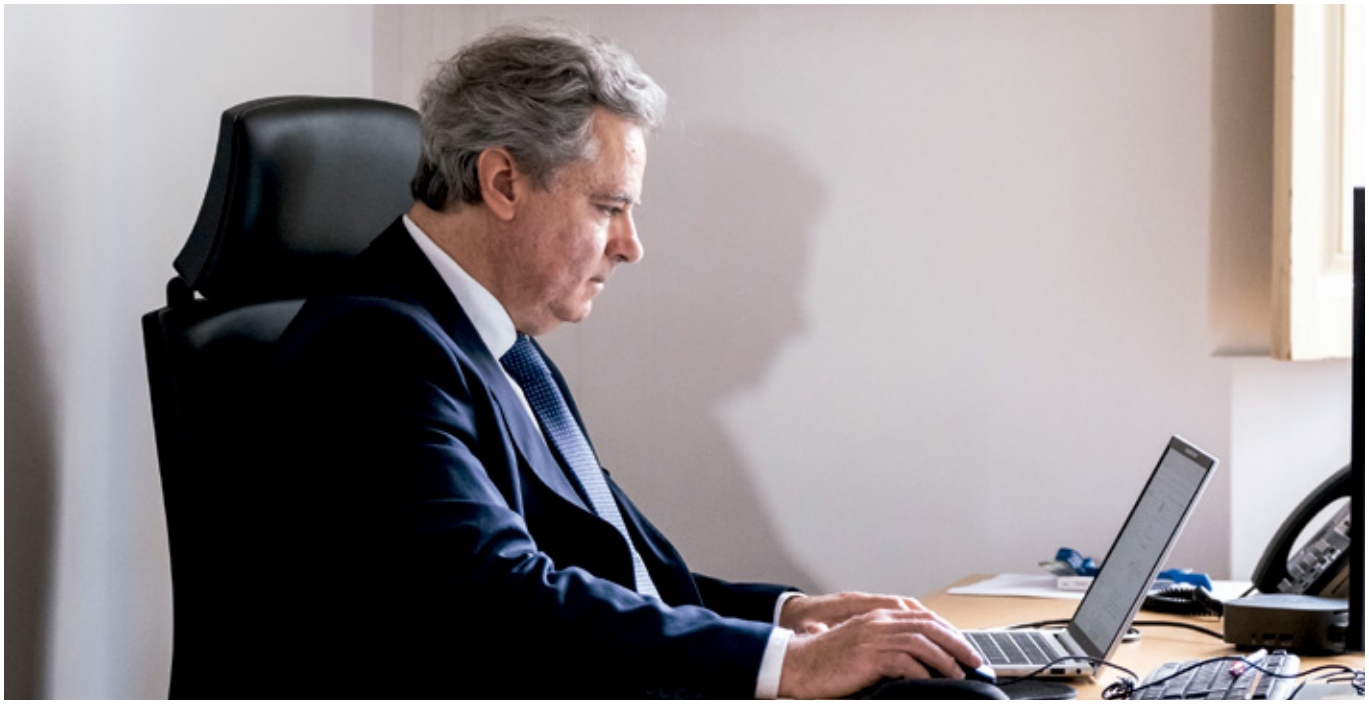
6. Para terminar, que papel deve assumir a agricultura e, em particular, o movimento cooperativo na estratégia de desenvolvimento do País e da Região Norte nos próximos anos? E que condições considera necessárias para que a agricultura e as cooperativas possam reforçar o seu contributo para a economia e para a coesão dos territórios rurais?

A agricultura desempenhará sempre um papel essencial no desenvolvimento e na sustentabilidade do País e da Região Norte. É inevitável. Como já referi, a agricultura é economia, mas também é ambiente, coesão territorial e proteção civil. Ou seja, para além de alimentos, a agricultura produz outros bens públicos, serviços de ecossistema, que devem ser reconhecidos e remunerados pelas políticas públicas. Como diz o nosso Ministro da Agricultura e Mar, a agricultura, é o primeiro sector. Aliás, um sector agrícola forte é claramente sinónimo de soberania e de autonomia estratégica de um país. E Portugal tem ainda muito caminho a fazer, apesar de ser um grande produtor mundial nos sectores do azeite e do vinho, do sucesso das nossas exportações de frutas e legumes e de possuir o maior grupo empresarial de produtos lácteos da Península Ibérica, o nosso país tem ainda um défice considerável no sector agroalimentar, pelo que este sector é também um espaço de oportunidades para novos investimentos.

Quanto ao papel das cooperativas, reafirmo o que disse antes, com a sua dimensão social e económica, são instrumentos muito importantes de reforço da competitividade e valorização do trabalho dos seus agricultores e do próprio sector agrário. Não podem é ignorar os desafios dos tempos atuais, os novos modelos de gestão e de posicionamento nos mercados. Aliás, uma visão mais empresarial destas organizações, não é incompatível com a sua missão social e associativa. Da mesma forma que a ambição de ganhar escala, deve também fazer parte do processo de afirmação do sector cooperativo. E têm muito caminho a fazer e espaço para crescer.

Recordo que, nos países mais desenvolvidos da União Europeia, as cooperativas agrícolas têm uma posição forte no agronegócio, com uma quota de mercado na ordem dos 50% da recolha, processamento e comercialização de produtos agrícolas. Sendo que, com exceção de sectores, como o leite, as frutas e o azeite, o movimento cooperativo em Portugal tem uma expressão muito abaixo da média da União Europeia.

Acresce que, nos territórios de baixa densidade, as cooperativas agrícolas são atores económicos ainda mais importantes, não só enquanto empregadores, mas como dinamizadores da própria economia local e até de desenvolvimento equilibrado do espaço rural, face à vinculação de proximidade aos seus associados e respetivos territórios.



2. PAULO RAMALHO, VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE, NO SEU GABINETE.

CONFAGRI INTENSIFICA INTERVENÇÃO POLÍTICA EM DEFESA DA AGRICULTURA NACIONAL

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

Perante o agravamento dos custos de produção e a crescente incerteza que afeta a agricultura portuguesa, e na sequência de vários apelos à intervenção do Estado para mitigar os efeitos desta situação, a CONFAGRI tem intensificado os contactos institucionais e políticos, procurando sensibilizar os responsáveis nacionais para as dificuldades do sector e para a necessidade de medidas que salvaguardem a competitividade, a capacidade produtiva e a segurança alimentar do País.

Num contexto marcado pela instabilidade internacional, pela subida dos custos da energia, dos combustíveis e dos fertilizantes e pelos desafios associados ao futuro da Política Agrícola Comum (PAC), a CONFAGRI tem vindo a desenvolver uma intensa agenda de intervenção institucional, levando as preocupações e propostas do sector aos diferentes centros de decisão política.

Neste âmbito, o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, e o Secretário-Geral, Nuno Serra, reuniram com os grupos parlamentares do PSD, PS e CHEGA, transmitindo a gravidade da situação que atravessam as explorações agrícolas, as cooperativas e o sector agroalimentar nacional.

Durante estes encontros, os responsáveis da Confederação defenderam a adoção



1. REUNIÃO COM GRUPO PARLAMENTAR DO PSD



2. REUNIÃO COM GRUPO PARLAMENTAR DO CHEGA



3. REUNIÃO COM GRUPO PARLAMENTAR DO PS

urgente de medidas em três áreas prioritárias: a redução das diferenças nos custos da energia e dos combustíveis face a Espanha, assegurando condições de concorrência mais equilibradas; a defesa de uma PAC robusta e de financiamento nacional adequado ao investimento na agricultura, na floresta e na bioeconomia; e a simplificação administrativa, com vista à redução dos custos de contexto da atividade.
No quadro deste diálogo parlamentar, a CONFAGRI entregou também aos três Grupos Parlamentares um memorando com propostas para o Orçamento do Estado para 2027, procurando contribuir para a definição de políticas públicas que respondam às necessidades do sector.

Esta intervenção dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela CONFAGRI junto do Governo, nomeadamente através da entrega formal do Manifesto pelo Futuro do Sector Agroalimentar ao Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, durante a AgroSemana (ver pág. 22 da Espaço Rural).

APELO À INTERVENÇÃO DAS MAIS ALTAS INSTÂNCIAS DO ESTADO

Paralelamente, o Conselho de Administração da CONFAGRI deliberou solicitar audiências, com caráter de urgência, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, para expor as preocupações do sector e apelar à intervenção do Estado na defesa da produção agrícola nacional.
Nos pedidos enviados, a Confederação alertou para os riscos que a evolução dos custos da energia e dos fertilizantes representa para a viabilidade económica das explorações e cooperativas, bem como para o abastecimento alimentar, o emprego e a coesão territorial.
A CONFAGRI sublinha que estas dificuldades ultrapassam a dimensão estritamente sectorial, constituindo uma questão de segurança alimentar, competitividade nacional e coesão territorial, que exige uma resposta política clara e atempada.
Esta intervenção dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela Confederação junto do Governo, nomeadamente através da entrega formal do Manifesto pelo Futuro do Sector Agroalimentar ao Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, durante a AgroSemana (ver pág. 22 da Espaço Rural).
O documento, também abordado nesta edição da Espaço Rural, apresenta propostas concretas para reforçar a competitividade, a resiliência e a capacidade de investimento da agricultura portuguesa.
Com estas iniciativas, a CONFAGRI reafirma o seu compromisso de manter um diálogo ativo com os responsáveis políticos, defender os interesses das cooperativas e dos agricultores e contribuir para soluções que reconheçam a agricultura e o sector agroalimentar como atividades estratégicas para o futuro de Portugal. ●

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL
Tractores compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 115 CV

LOVOL

PREET AVENGER
Trator compacto, Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV





LOVOL
Mini escavadora FR26

LOVOL

Auto Industrial Divisão Agrícola

Tractorluso Grupo Auto-Industrial

Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação, 2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt

COOPENAFIEL
50 ANOS AO SERVIÇO DOS AGRICULTORES

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. SEDE DA COOPENAFIEL – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL

Em 2026, a COOPENAFIEL – Cooperativa Agrícola de Penafiel, C.R.L. assinala 50 anos de atividade ao serviço da agricultura e dos agricultores do concelho. Constituída por escritura pública a 2 de julho de 1976, a sua história tem, contudo, raízes anteriores, ligadas ao antigo Grémio da Lavoura de Penafiel e a uma realidade agrícola que encontrou no movimento cooperativo uma forma de unir esforços e criar respostas para as necessidades dos produtores.

Ao longo de cinco décadas, a Coopenafiel acompanhou a profunda transformação da agricultura e foi alargando e diversificando a sua intervenção. Do aprovisionamento e apoio à produção, passou a disponibilizar um conjunto mais abrangente de serviços, que incluem acompanhamento técnico e agrícola, apoio veterinário e sanitário, formação, análises, apoio a candidaturas e serviços dirigidos às diferentes áreas de atividade dos seus associados.

Hoje, a Cooperativa conta com 976 associados e estrutura a sua atividade em três áreas principais: a Secção de Aprovisionamento, a Organização de Produtores Pecuários (OPP) e a Secção do Limão. A modernização das suas instalações e serviços acompanha também a evolução das necessidades de uma agricultura cada vez mais exigente e profissionalizada, sem perder a proximidade que está na génese do projeto cooperativo.

Celebrar 50 anos é, assim, olhar para um percurso construído por agricultores, associados, dirigentes e colaboradores, mas também refletir sobre o futuro. Num contexto marcado por novos desafios económicos, ambientais, tecnológicos e geracionais, a capacidade de adaptação e a proximidade aos produtores continuam a assumir um papel central.

É sobre este percurso, o papel atual da COOPENAFIEL e os desafios que se colocam à agricultura da região que conversámos com o seu Presidente, numa entrevista que revisita cinco décadas de história e aponta também os caminhos para o futuro.

COOPENAFIEL
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL, C.R.L.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]
COOPENAFIEL — Cooperativa Agrícola de Penafiel, C.R.L.

[CONTACTOS]
Largo da Devesa, 130
4560-496 – PENAFIEL
Telefone: +351 255 710 360
Email: coopenafielcontab@iol.pt



2. VÍTOR MOUTINHO – PRESIDENTE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL

Entrevista com Presidente da Cooperativa Agrícola de Penafiel

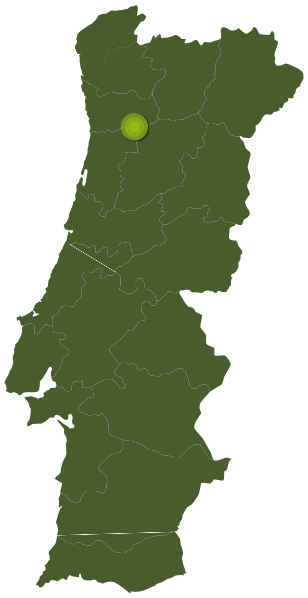
A Cooperativa Agrícola de Penafiel celebra este ano 50 anos de existência. Que significado tem este marco para a Cooperativa, para os seus associados e para a agricultura da região?
Celebrar 50 anos é reconhecer o trabalho, a dedicação e a visão de várias gerações de agricultores, dirigentes e colaboradores que construíram esta Cooperativa. Uma instituição com meio século de existência não se faz apenas de instalações, números ou serviços; faz-se essencialmente de pessoas, confiança e de um sentimento de pertença transmitido ao longo das gerações. Esta comemoração é um momento de orgulho, mas sobretudo de responsabilidade. Temos o dever de honrar quem criou e consolidou a COOPENAFIEL, preparando-a para responder aos desafios dos próximos 50 anos.
É precisamente esse o nosso desígnio: fortalecer a Cooperativa como uma verdadeira instituição de interajuda entre os associados, onde cada agricultor sinta que não está sozinho perante as dificuldades da sua exploração. Trabalhando em conjunto, temos maior capacidade para encontrar soluções, ganhar escala e criar valor.
Estes 50 anos representam o ponto de partida para uma nova etapa, em que pretendemos recuperar e fomentar cada vez mais o espírito cooperativista e colocar a COOPENAFIEL ao serviço da sustentabilidade económica da agricultura da região e das novas gerações.

Ao longo destas cinco décadas, a agricultura e a realidade económica e social da região mudaram profundamente. Como tem evoluído o papel da COOPENAFIEL e quais são hoje as suas principais áreas de intervenção?
A agricultura de hoje é profundamente diferente daquela que existia em 1976. Mudaram os mercados, as exigências dos consumidores, a tecnologia, a legislação e as formas de produzir.
Também uma cooperativa tem de saber evoluir. Já não basta ser um local onde o agricultor compra fatores de produção ou resolve questões administrativas. A Cooperativa tem de ser cada vez mais um parceiro da exploração agrícola.
Na COOPENAFIEL dispomos de serviços de aprovisionamento e comercialização de fatores de produção, acompanhamento técnico, sanidade animal, apoio em candidaturas e subsídios, formação profissional e apoio logístico, entre outros serviços.
Queremos ir mais longe, reforçando a capacidade técnica, o acesso à informação, à inovação e ao financiamento, bem como as soluções conjuntas de aprovisionamento e comercialização, aproximando cada vez mais a produção dos mercados.
A nossa visão é simples: perante problemas difíceis de resolver individualmente, devemos procurar respostas coletivas. É aí que reside a atualidade do modelo cooperativo.

Num território marcado pelo minifúndio e por explorações de pequena dimensão, de que forma o modelo cooperativo reforça a capacidade dos agricultores? E que papel desempenha a COOPENAFIEL em termos económicos e sociais?
Num território com as nossas características, o cooperativismo assume particular importância, permitindo ultrapassar limitações associadas à pequena dimensão das explorações.
Isoladamente, estas explorações enfrentam maiores dificuldades na compra de fatores de produção, no acesso à tecnologia, na contratação de serviços ou na comercialização. Ao agregarmos produtores e necessidades, ganhamos dimensão e capacidade negocial.
Mas uma cooperativa tem também uma importante dimensão social. É um ponto de encontro entre agricultores, um espaço de partilha de conhecimento, experiências e problemas comuns.
Queremos reforçar esse sentido de comunidade na COOPENAFIEL, para que cada associado encontre apoio e outros agricultores com quem procurar soluções. O minifúndio não tem de significar isolamento. Se conseguirmos colocar centenas de pequenas explorações a cooperar na cadeia de valor, podemos transformar uma aparente fragilidade numa força coletiva. Essa é uma das nossas grandes missões.

As cooperativas agrícolas têm assumido, ao longo das décadas, um papel importante na organização e valorização da produção, mas também na dinamização e coesão dos territórios rurais. Considera que este papel tem sido devidamente reconhecido a nível nacional?
Creio que existe hoje uma maior consciência sobre a importância das cooperativas, mas continua a haver margem para que o seu papel seja mais reconhecido e, sobretudo, melhor compreendido.
Uma cooperativa agrícola não deve ser analisada apenas pelo volume de negócios. Tem também uma função social e

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A COOPENAFIEL

territorial muito relevante. Ao manter serviços próximos dos agricultores, promover formação, prestar acompanhamento técnico, apoiar candidaturas e procurar canais de comercialização, contribui para preservar a atividade económica e fixar pessoas no território.
É importante que as políticas e os instrumentos de apoio reconheçam esta especificidade. Não reivindicamos um tratamento especial, mas condições para que as cooperativas possam modernizar-se, profissionalizar-se, investir e responder às necessidades dos associados.
Se queremos agricultores mais competitivos, precisamos também de cooperativas fortes e modernas.



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: ADEMAR SILVA – VICE-PRESIDENTE; VÍTOR MOUTINHO – PRESIDENTE; PAULO PINTO – VOGAL;

Que importância atribui ao desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização e à aproximação entre produtores e consumidores?
É uma área fundamental, na qual temos margem para crescer. Produzir bem não chega: é necessário garantir mercado e que uma parte justa do valor criado fique junto de quem produz.
Os circuitos curtos aproximam produtores e consumidores, valorizam os produtos que são produzidos no território, aumentam a confiança e contribuem para uma menor pegada ecológica, ao reduzir as distâncias de comercialização. Temos excelentes produtos e produtores. Muitas vezes, falta organização, escala, logística e capacidade comercial para os fazer chegar ao consumidor. É aí que a Cooperativa pode desempenhar um papel importante.
O poder local também tem responsabilidades, nomeadamente através da aquisição de produtos regionais para as cantinas. Os municípios, enquanto líderes dos territórios, têm capacidade de escolha e podem contribuir decisivamente para valorizar a produção local.
Estes produtos são igualmente elementos de identidade territorial. Alguns estão profundamente ligados a determinadas regiões, pelo que valorizá-los é também valorizar os territórios e quem neles produz.
Naturalmente, os circuitos curtos não substituem os restantes canais de comercialização, mas complementam-nos. Precisamos de diferentes mercados, consoante os produtos e a dimensão da produção. O objetivo deve ser criar mais valor e garantir que uma parcela adequada regressa à exploração agrícola. Sem rentabilidade, dificilmente haverá sustentabilidade económica e renovação geracional.

No âmbito dos 50 anos da Cooperativa, a CONFAGRI promoveu, em colaboração com a COOPENAFIEL, um colóquio na AGRIVAL dedicado ao futuro da agricultura na região. Que reflexão considera mais importante retirar deste encontro?
A principal conclusão é que a agricultura da nossa região tem futuro, mas esse futuro não pode ser dado como adquirido. Temos agricultores experientes, jovens com ideias e capacidade de inovação e um território com potencial agrícola. Precisamos de reunir estes elementos e criar condições para que produzir continue a compensar.
O encontro foi importante por juntar diferentes gerações e experiências. É isso que precisamos de fazer nas cooperativas: combinar o conhecimento acumulado com novas ideias, tecnologia e formas de chegar ao mercado.
Ficou também clara a necessidade de organização, cooperação e escala. A volatilidade dos mercados, os custos de produção, as alterações climáticas, a digitalização ou o acesso a canais de comercialização exigem cada vez mais respostas coletivas.
Quero que a COOPENAFIEL seja precisamente esse espaço onde os agricultores encontram parceiros para enfrentar conjuntamente os desafios.

Um dos temas centrais dessa reflexão foi a necessidade de garantir rentabilidade às explorações e de criar condições para a renovação geracional. O que é necessário fazer para tornar a agricultura mais atrativa para os jovens e assegurar a continuidade das explorações?
A primeira condição é muito simples de enunciar: a agricultura tem de permitir a quem trabalha nela ter rendimento e perspetivas de futuro. Não podemos pedir a um jovem que invista numa atividade apenas por tradição familiar ou paixão. Essa ligação à terra é importante, mas a agricultura é também uma atividade económica. Um jovem precisa de construir a sua vida, investir e ter alguma previsibilidade.
São igualmente fundamentais o acesso à terra, financiamento, simplificação administrativa, formação, tecnologia, gestão de risco e acesso aos mercados.
Precisamos também de mudar a imagem da agricultura junto das novas gerações. Hoje, esta atividade envolve tecnologia, análise de dados, mecanização, sustentabilidade, gestão empresarial e inovação. É um sector muito mais diversificado do que por vezes se pensa.
As cooperativas podem ser determinantes nesta renovação. Um jovem que encontra numa Cooperativa acompanhamento técnico, serviços, formação e apoio no acesso aos mercados começa o seu percurso com maior segurança. É essa segurança coletiva que queremos ajudar a construir.

As alterações climáticas, os custos de produção, a inovação tecnológica e as exigências dos mercados colocam novos desafios aos agricultores. Que respostas pode a Cooperativa dar aos seus associados?
A primeira resposta é não deixar cada agricultor enfrentar estes desafios isoladamente. O modelo cooperativo permite

partilhar conhecimento, serviços, recursos e investimento.
A agregação das necessidades dos associados pode melhorar a capacidade negocial e ajudar a enfrentar os custos de produção. Podemos também reforçar o acompanhamento técnico, a formação, a divulgação de novas práticas e o acesso a tecnologias, informação sobre mercados e instrumentos de apoio. Mas considero igualmente importante que a Cooperativa funcione cada vez mais como uma rede. Temos associados com enorme experiência e outros com novas competências. Ao promovermos a comunicação e a cooperação entre eles, criamos conhecimento dentro da própria instituição. Queremos que, perante um problema, a primeira reação do associado não seja "como vou resolver isto sozinho?", mas sim "como podemos resolver isto em conjunto?".
Isso é cooperativismo.



4. EVENTO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DA COOPENAFIEL, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO E DO MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCAS, JOSÉ MANUEL FERNANDES, DO VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE, PAULO RAMALHO E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL, PEDRO CEPEDA, ENTRE OUTROS.

A agricultura ultrapassa a dimensão produtiva, contribuindo para a economia, o território, a coesão social, a paisagem e a soberania. Considera que deveria ser assumida como um desígnio nacional, enquanto área estratégica para o desenvolvimento do país?
Na minha perspetiva, a agricultura deve ser encarada como uma atividade estratégica. Produzir alimentos é a sua primeira função, mas garantir produção nacional e reduzir dependências externas é também uma questão de soberania e segurança alimentar. Mas a sua função não termina aí. Um território agrícola cuidado representa atividade económica, emprego, conhecimento, paisagem e comunidades. Quando a agricultura desaparece, as consequências ultrapassam largamente a perda de produção. Portugal precisa, por isso, de uma visão de longo prazo para a agricultura e o sector agroalimentar, que permita aos agricultores planear investimentos e desenvolver a sua atividade com perspetivas de futuro.
É igualmente fundamental reconhecer que sustentabilidade ambiental e económica têm de caminhar juntas. Não podemos exigir investimentos contínuos em práticas sustentáveis sem garantir a viabilidade das explorações.
Defender a agricultura é defender produção, território, segurança alimentar e criação de riqueza. E as cooperativas devem integrar essa estratégia, enquanto ponte entre os produtores e os objetivos que só coletivamente podemos alcançar.

A relação com a CONFAGRI tem marcado o percurso da COOPENAFIEL. Que importância atribui a esta ligação e ao trabalho conjunto na defesa da agricultura e do sector cooperativo?
É uma relação que valorizamos muito. Conhecemos profundamente os problemas dos agricultores da região, mas muitos ultrapassam a capacidade de intervenção de uma única cooperativa. É aí que a CONFAGRI assume particular importância, dando dimensão nacional à voz das cooperativas e dos agricultores que representam. Esta ligação permite também partilhar experiências. Um desafio que enfrentamos em Penafiel pode já ter sido ultrapassado noutra região, permitindo-nos aprender com outras cooperativas.
O colóquio realizado na AGRIVAL é um exemplo desta cooperação, reunindo agricultores, dirigentes, técnicos e diferentes entidades para discutir o futuro do sector. Se defendemos mais cooperação entre os associados, devemos praticá-la também enquanto instituição. Cooperar dentro da COOPENAFIEL, cooperar com outras cooperativas e com a CONFAGRI dá-nos mais conhecimento, representação e capacidade para encontrar soluções.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos associados e a todos os agricultores que têm acompanhado a COOPENAFIEL ao longo destes 50 anos?
A primeira palavra tem de ser de agradecimento.
A Cooperativa existe há 50 anos porque várias gerações de agricultores acreditaram que juntos seriam mais fortes. Foram eles que criaram esta instituição, a mantiveram nos momentos fáceis e difíceis e nos deixaram um património que temos a responsabilidade de continuar.
Mas quero sobretudo deixar uma mensagem sobre o futuro: precisamos de fortalecer novamente o espírito cooperativista.
Os desafios são grandes, desde a rentabilidade e os custos de produção até às alterações climáticas, ao envelhecimento dos agricultores e à renovação geracional, à tecnologia e ao acesso aos mercados. Podemos enfrentá-los individualmente ou em conjunto. É esse segundo caminho que queremos seguir.
Quero uma COOPENAFIEL cada vez mais próxima dos associados, onde todos participem, apresentem ideias, identifiquem problemas e ajudem a construir soluções. Uma Cooperativa não é apenas o Conselho de Administração ou os colaboradores. A Cooperativa são os seus associados.
Aos agricultores mais experientes, peço que continuem a transmitir o seu conhecimento. Aos mais jovens, quero dizer que precisamos das suas ideias, energia e ambição. Se juntarmos estas gerações, reforçarmos a cooperação, organizarmos melhor a produção e criarmos mais valor ao longo da cadeia, estaremos a contribuir para o futuro da COOPENAFIEL e da agricultura da região.
Celebramos 50 anos com orgulho no caminho percorrido, mas sobretudo com os olhos postos nos próximos 50.

Porque cooperar não é apenas partilhar dificuldades. É criar, em conjunto, melhores condições para as ultrapassar e novas oportunidades para crescer. ●

CONFAGRI REÚNE CADEIA AGROALIMENTAR PARA DEBATER DESAFIOS E RESPOSTAS PARA O FUTURO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A CONFAGRI promoveu, no dia 4 de setembro, no âmbito da AgroSemana – Feira Agrícola do Norte, a conferência "os atuais desafios do agroalimentar ao longo da cadeia de valor", juntando representantes de diferentes elos da cadeia agroalimentar para uma reflexão conjunta sobre os desafios que se colocam ao sector, num momento particularmente marcado pela incerteza económica e geopolítica.

SESSÃO DE ABERTURA

Um sector estratégico num contexto de incerteza

Na sua intervenção, o Presidente da CONFAGRI colocou desde logo o agroalimentar no centro do debate. Idalino Leão defendeu a utilização do conceito de "agroalimentar", por considerar que este permite uma abordagem mais abrangente e juntar diferentes atividades que enfrentam problemas e necessidades comuns.



1. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO



3. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDRO MACHADO

A conferência teve início com uma sessão de abertura, que contou com as intervenções do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Pedro Machado, após as palavras de boas-vindas do Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra. Seguiu-se a intervenção da economista e analista de mercados Catarina Castro, dedicada ao enquadramento do agroalimentar na economia mundial, e, posteriormente, uma mesa-redonda que reuniu Idalino Leão, Armando Monteiro, Presidente da CIP, Gonçalo Lobo Xavier, Diretor-Geral da APED, e Ana Jacinto, Secretária-Geral da AHRESP, com moderação da jornalista e pivot da TVI Sara Pinto. O encerramento esteve a cargo do Ministro da Presidência, António Leitão Amaro.

Na intervenção de boas-vindas, o Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, salientou que a iniciativa procurou colocar "a cadeia agroalimentar toda sentada à mesma mesa", partindo do princípio de que a cooperação e a partilha de posições podem contribuir para construir respostas mais robustas aos desafios do sector. Nuno Serra destacou precisamente o carácter inédito deste encontro, sublinhando que não se tratava apenas de reunir diferentes representantes do sector, mas de criar um espaço de diálogo capaz de ultrapassar as perspetivas particulares de cada atividade. A intenção, explicou, era que as diferentes posições e preocupações, num sector com um peso determinante na economia e na sociedade portuguesas, pudessem contribuir para uma visão de futuro partilhada e para uma maior colaboração com as entidades públicas.

Num contexto geopolítico em que, como afirmou, "a incerteza passou a ser a certeza", Idalino Leão alertou para as dificuldades de planeamento e para a pressão crescente sobre a competitividade do sector. Entre os fatores identificados estiveram as relações comerciais entre a União Europeia e os Estados Unidos, a evolução dos preços das matérias-primas e o aumento dos custos de produção. Para Portugal, acrescentou, esta necessidade é ainda mais evidente perante a concorrência de Espanha, apontando, entre outros fatores, as diferenças existentes nos custos do gasóleo

agrícola e a questão da equidade fiscal. O Presidente da CONFAGRI defendeu que a União Europeia e cada um dos Estados-Membros devem reconhecer o agroalimentar como sector estratégico, à semelhança de outras áreas consideradas fundamentais para a economia e para a soberania.

A necessidade de construir posições comuns foi outra das ideias centrais da intervenção, defendendo uma atuação concertada para responder aos desafios que se colocam à atividade agrícola e às restantes componentes da cadeia agroalimentar. Perante as negociações do próximo quadro financeiro, Idalino Leão considerou particularmente importante garantir uma cativação destinada exclusivamente ao investimento na agricultura. Na sua perspetiva, esta garantia é essencial para criar condições de investimento e reforçar a capacidade competitiva do sector.

A burocracia foi igualmente identificada como um importante custo de contexto, pela carga de tempo e recursos que representa para produtores e empresas. Mas o Presidente da CONFAGRI alargou a reflexão às dimensões que ultrapassam o peso económico do sector, sublinhando que a agricultura e o agroalimentar são também coesão, turismo e educação. Neste contexto, defendeu uma maior valorização do sector na sociedade, nomeadamente através da sua presença nos manuais escolares e de uma maior atenção à formação, num momento em que se verifica não só o envelhecimento dos produtores, mas também dos técnicos especializados.

O peso económico e estratégico do agroalimentar

Também na sessão de abertura, o Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Pedro Machado, destacou o peso económico do agroalimentar e a sua relação com outras áreas da economia, nomeadamente o turismo, o comércio e os serviços. Segundo os dados apresentados na sua intervenção, o sector representava, em 2025, cerca de 22 mil milhões de euros de atividade económica, 3,8 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto e 8 mil milhões de euros de exportações, assegurando mais de 114 mil empregos diretos e tendo impacto num universo de cerca de 500 mil postos de trabalho. Neste enquadramento, defendeu que o agroalimentar deve ser encarado também como uma questão de soberania, sendo necessário reforçar a competitividade e a capacidade de internacionalização do sector.

Pedro Machado apontou a redução dos custos de contexto e da burocracia, o investimento e a digitalização como prioridades, defendendo igualmente uma maior articulação entre os diferentes elos da cadeia de valor, como uma das condições para reforçar a capacidade competitiva do agroalimentar português. Perante as transformações económicas, geopolíticas e tecnológicas em curso, considerou essencial reforçar a capacidade de resposta da Europa e de Portugal, aproveitando as oportunidades de inovação e construindo um plano de ação que permita concretizar, em medidas, as respostas aos desafios identificados.



4. INTERVENÇÃO DA ECONOMISTA E ANALISTA DE MERCADOS CATARINA CASTRO

Uma nova realidade económica

Na sessão dedicada ao tema "O Agroalimentar e a Economia Mundial", Catarina Castro analisou o enquadramento económico e geopolítico que condiciona atualmente a atividade agroalimentar. A economista partiu de uma ideia que atravessou toda a sua intervenção: o agroalimentar é um sector de soberania. Perante um mundo marcado por maior fragmentação económica, conflitos geopolíticos e alianças estratégicas, destacou o impacto que esta nova realidade poderá ter sobre os custos de produção, a inflação, as matérias-primas, a energia e o financiamento.

A intervenção chamou ainda a atenção para o chamado "efeito tesoura", associado ao aumento dos custos de estrutura a um ritmo superior à evolução dos preços, comprimindo as margens das empresas e explorações. A este contexto acrescem o custo do financiamento (taxas de juro) e o risco cambial, fatores que introduzem pressão adicional sobre a gestão financeira e a capacidade de investimento.

Perante este cenário, Catarina Castro defendeu uma mudança de atitude: em vez de uma lógica de "sobrevivência", o sector deve assumir uma lógica de "superação", concentrando esforços naquilo que está ao seu alcance controlar. Entre as respostas apontadas estiveram uma gestão mais empresarial e antecipada, o planeamento financeiro, a otimização de custos, o aproveitamento dos instrumentos de apoio e o recurso à tecnologia.

A economista atribuiu igualmente um papel central às cooperativas e organizações associativas, enquanto estruturas capazes de proporcionar ganhos de escala, facilitar compras conjuntas, apoiar o planeamento e permitir que pequenas explorações e empresas tenham acesso a competências e ferramentas que dificilmente conseguiriam assegurar individualmente.

Toda a cadeia à mesma mesa

A mesa-redonda colocou em discussão os desafios ao longo de toda a cadeia de valor, procurando aproximar perspetivas da produção, indústria, distribuição, comércio e restauração.

A discussão evidenciou a necessidade de encontrar formas de criar e distribuir valor ao longo da cadeia, assegurando condições de rentabilidade para a produção sem perder de vista a competitividade dos outros elos da cadeia e a necessidade de garantir preços acessíveis aos consumidores.

A cooperação surgiu, uma vez mais, como elemento essencial. A produção nacional só poderá afirmar-se de forma sustentada se os diferentes elos da cadeia forem capazes de dialogar e procurar soluções conjuntas, criando condições para um sector mais competitivo, sustentável e capaz de reforçar a soberania alimentar. Na intervenção final da mesa, Idalino Leão retomou esta ideia, defendendo que "a fileira é mais forte se estiver alinhada e conversarmos mais vezes". Para o Presidente da CONFAGRI, esta concertação poderá também contribuir para apoiar



5. INTERVENIENTES DA MESA REDONDA

a definição das políticas públicas necessárias ao sector. Idalino Leão voltou ainda a defender o reconhecimento do agroalimentar como uma área estratégica no contexto europeu e nacional, bem como uma resposta aos efeitos das tarifas norte-americanas que, na sua perspetiva, têm colocado pressão sobre o sector. Reiterou igualmente a preocupação com os custos de produção em Portugal face aos concorrentes espanhóis e com o impacto da taxa da Sociedade Ponto Verde no sector leiteiro.
A concluir, deixou uma mensagem sobre o papel dos agricultores que sintetiza uma das preocupações centrais da CONFAGRI: "o agricultor é um produtor de bens públicos e tem que ser reconhecido e ressarcido por esses bens públicos."

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Segurança, escala e valor acrescentado

O encerramento da conferência esteve a cargo do Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, que estruturou a sua intervenção em torno de três grandes desafios para o futuro do agroalimentar: segurança e resiliência, escala e valor acrescentado.
No primeiro eixo, destacou a necessidade de reforçar a capacidade de resposta a choques externos que afetam fatores de produção como combustíveis e fertilizantes, bem como as reservas alimentares estratégicas e a capacidade de



6. INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA, ANTÓNIO LEITÃO AMARO

armazenamento. A água e a resiliência climática foram igualmente apontadas como prioridades. O Ministro referiu os apoios públicos mobilizados para fazer face ao aumento dos custos energéticos e agradeceu expressamente à CONFAGRI e ao seu Presidente a insistência na necessidade de reforçar o apoio ao gasóleo agrícola. Segundo António Leitão Amaro, os três cêntimos adicionais de desconto decididos naquele dia elevariam o desconto total para 23 cêntimos por litro.
Quanto à escala, António Leitão Amaro apontou a reduzida dimensão de muitas explorações, as questões relacionadas com as heranças indivisas, o emparcelamento e a necessidade de rejuvenescimento do sector e de resposta às dificuldades de mão de obra. Mas foi no cooperativismo que o Ministro encontrou uma das principais respostas ao problema da escala, defendendo uma maior articulação entre produtores e valorizando o contributo das cooperativas para ultrapassar as limitações resultantes da reduzida dimensão das explorações e empresas.
No terceiro eixo, o do valor acrescentado, salientou a importância da inovação, da ciência, do conhecimento e da tecnologia para aumentar a produtividade e a competitividade. A agricultura de precisão, a inteligência artificial e outras soluções tecnológicas deverão, na sua perspetiva, contribuir para produzir melhor e acrescentar valor. A sustentabilidade esteve igualmente presente na intervenção, com o Ministro a defender que os agricultores e o sector agroalimentar devem ser encarados como parceiros da sustentabilidade ambiental, e não como adversários, salientando o seu papel na construção de um território mais sustentável.
A fechar, retomou uma das principais mensagens da conferência: a necessidade de reforçar a cooperação envolvendo todos os elos da cadeia agroalimentar como forma de reforçar a sua competitividade.

Uma visão comum para o futuro

Ao longo da tarde, diferentes perspetivas convergiram numa mesma necessidade: perante um contexto económico e geopolítico mais imprevisível, o agroalimentar terá de reforçar a sua capacidade de organização, cooperação e adaptação.
Para a CONFAGRI, a conferência constituiu, assim, um espaço de diálogo entre diferentes agentes da cadeia de valor e uma oportunidade para afirmar a necessidade de políticas públicas que reconheçam o caráter estratégico do sector, reforcem a sua competitividade e criem condições para uma produção nacional economicamente sustentável.
Mais do que identificar dificuldades, a iniciativa procurou lançar bases para uma atuação conjunta. A mensagem deixada ao longo da conferência foi clara: a cadeia agroalimentar será tanto mais forte quanto maior for a capacidade dos seus diferentes elos para dialogar, cooperar e construir respostas comuns aos desafios do futuro. ●

EFPOLYMER

TECNOLOGIA JAPONESA DE ÚLTIMA GERAÇÃO
PARA UMA AGRICULTURA MAIS RESILIENTE
100% NATURAL E BIODEGRADÁVEL

MAIS CALOR E MENOS ÁGUA NÃO TÊM DE SIGNIFICAR MENOS COLHEITA.

EF Polymer ajuda o solo a reter água e nutrientes junto às raízes, protegendo as culturas contra seca, stress hídrico e ondas de calor.

O EF Polymer é um polímero superabsorvente de origem natural, produzido a partir do aproveitamento de resíduos vegetais. Incorporado no solo, absorve água, retém nutrientes e liberta-os gradualmente junto à zona radicular, ajudando a proteger as culturas e a melhorar a eficiência dos recursos.



Produzido a partir de resíduos vegetais (cascas de citrinos e banana).



Absorve até 50 vezes o seu peso em água.



Libertação gradual de água e nutrientes junto às raízes.



Melhora a retenção de água e nutrientes, favorece a estrutura e a descompactação do solo e contribui para a sua saúde.



ATÉ **40%** menos água de rega

ATÉ **20%** menos fertilizante

PRODUÇÃO mais estável ou superior *

AMPLAMENTE VALIDADO INTERNACIONALMENTE, INCLUINDO EM PORTUGAL

- 100% de origem natural
- Economia circular
- Totalmente biodegradável
- Sem microplásticos
- ECOCERT INPUTS (UE)

QUER PRODUZIR MAIS COM MENOS RECURSOS, MESMO EM CONDIÇÕES ADVERSAS?

Faça como **mais de 20.000 produtores em todo o mundo.**
Fale connosco e avalie o EF Polymer na sua exploração.

AGORA EM PORTUGAL

Aceda ao site oficial

www.efpolymer.com | natan@efpolymer.com | +351 913 587 485

* Resultados variam consoante a cultura, o solo, o clima, a dose e o modo de aplicação. Em ensaios específicos, foram observados aumentos de produtividade até 30%.

CONFAGRI ENTREGA AO GOVERNO MANIFESTO PELO FUTURO DO SECTOR AGROALIMENTAR

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



No âmbito da conferência "Os Atuais Desafios do Agroalimentar ao Longo da Cadeia de Valor", realizada pela CONFAGRI durante a 12.ª edição da AgroSemana, a Confederação entregou formalmente ao Governo, na pessoa do Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, um Manifesto pelo Futuro do Sector Agroalimentar.

Sob o título "Por um sector agroalimentar mais competitivo, resiliente e capaz de investir", o Manifesto parte do reconhecimento da agricultura e do sector agroalimentar como ativos estratégicos para Portugal, num contexto marcado pela instabilidade geopolítica, volatilidade dos mercados, pressão sobre os custos de produção, alterações climáticas e desafios crescentes à segurança alimentar.

Para a CONFAGRI, a capacidade de produzir alimentos e assegurar o abastecimento das populações é também uma condição de resiliência económica, coesão territorial e autonomia estratégica. Neste enquadramento, o documento alerta para a necessidade de criar condições que permitam às explorações agrícolas e às empresas investir, inovar, incorporar tecnologia, responder às exigências ambientais e atrair novas gerações para o sector.

O Manifesto identifica, neste contexto, três áreas de intervenção consideradas urgentes pela CONFAGRI: os custos da energia e dos combustíveis, o futuro da PAC e do financiamento à agricultura e a simplificação administrativa.

1. Condições de competitividade face a Espanha

A primeira medida diz respeito à necessidade de harmonizar as condições de competitividade nos custos da energia e dos combustíveis entre Portugal e Espanha. A CONFAGRI considera que as diferenças existentes entre os dois países colocam os produtores portugueses numa situação de desvantagem concorrencial, particularmente relevante tendo em conta que Espanha é simultaneamente um dos principais parceiros comerciais de Portugal e um concorrente direto da produção nacional. Esta assimetria tornou-se ainda mais evidente no atual contexto de instabilidade internacional, não sendo sustentável exigir à agricultura nacional que concorra no mesmo mercado quando os custos de fatores de produção essenciais são significativamente diferentes à partida.

Face a esta realidade, a Confederação propõe a adoção urgente de mecanismos que permitam reduzir significativamente o diferencial dos custos da energia e dos combustíveis suportados pelos produtores portugueses relativamente aos seus concorrentes espanhóis, assegurando condições efetivas de concorrência à produção nacional.

2. Uma PAC forte e mais investimento

A segunda prioridade centra-se no futuro da Política Agrícola Comum (PAC) e na necessidade de garantir financiamento adequado para aumentar o investimento na agricultura, floresta e bioeconomia.

O Manifesto chama a atenção para as alterações em discussão relativamente ao próximo enquadramento financeiro europeu e para o impacto que estas poderão ter sobre a capacidade de investimento do sector. Segundo a análise da CONFAGRI, a proposta apresentada pela Comissão Europeia aponta para uma redução de aproximadamente 17% face à anterior dotação financeira da PAC, ao mesmo tempo que introduz alterações na arquitetura de financiamento.

Perante este cenário, a CONFAGRI defende que Portugal deve assumir responsabilidades acrescidas na definição das suas prioridades nacionais. O futuro do investimento na agricultura portuguesa não dependerá apenas de Bruxelas. Dependerá também das prioridades que Portugal decidir estabelecer.

A Confederação considera necessário assegurar um envelope financeiro claramente identificado para a agricultura, floresta e bioeconomia, defendendo ainda um compromisso político ao mais alto nível para que, adicionalmente às verbas *ring-fenced*, sejam afetados pelo menos 10% da dotação total dos planos de parceria nacionais e regionais ao desenvolvimento sustentável e ao investimento na agricultura, floresta e bioeconomia.

A mensagem central desta segunda medida é sintetizada no próprio Manifesto: "Portugal deve investir mais, e não menos, na sua capacidade de produzir."

3. Simplificar e reduzir custos de contexto

A terceira medida proposta pela CONFAGRI incide sobre a desburocratização, simplificação e redução dos custos de contexto da atividade agroalimentar.

Licenciamentos, candidaturas a apoios públicos, obrigações declarativas, procedimentos administrativos e a necessidade de obter pareceres de diferentes entidades são apontados como fatores que consomem tempo e recursos e podem atrasar investimentos e levar à perda de competitidade.

Para além do impacto direto na atividade, a CONFAGRI identifica uma consequência particularmente relevante para a renovação geracional: a complexidade e morosidade dos procedimentos podem constituir uma barreira à entrada de novos agricultores e investidores.

O Manifesto propõe, por isso, a criação de um programa efetivo de simplificação administrativa para o sector agroalimentar, assente na redução de procedimentos, eliminação de obrigações redundantes, melhor articulação entre entidades públicas e definição de prazos claros para decisões relativas a licenciamentos, pareceres e acesso a apoios.

A CONFAGRI sublinha, contudo, que simplificar não significa desregular, mas antes assegurar regras claras, processos proporcionais e decisões atempadas e um Estado capaz de acompanhar quem produz e quem quer investir. A desburocratização deve constituir uma verdadeira política de competitividade e renovação geracional para a agricultura portuguesa.

Um compromisso com a capacidade produtiva de Portugal

As três medidas apresentadas no Manifesto partem de problemas distintos, mas convergem num mesmo objetivo: criar condições para que a agricultura portuguesa seja economicamente viável, competitiva, resiliente e capaz de investir.

A CONFAGRI considera que não é possível exigir mais inovação, sustentabilidade e capacidade produtiva sem assegurar condições económicas que permitam realizar os investimentos necessários. Da mesma forma, a defesa da produção nacional deverá ser acompanhada por políticas públicas que evitem que os produtores portugueses enfrentem desvantagens estruturais face aos seus concorrentes. A agricultura, a floresta e a bioeconomia são parte da resposta aos grandes desafios económicos, ambientais e territoriais que Portugal enfrenta.

O documento termina com um apelo ao Governo para que estas três prioridades — condições de concorrência equilibradas nos custos da energia e dos combustíveis; uma PAC forte e financiamento adequado para aumentar o investimento; e uma verdadeira política de simplificação e redução dos custos de contexto — sejam integradas como parte de uma agenda nacional para a competitividade do sector agroalimentar português. ●

O Manifesto pelo Futuro do Agroalimentar está disponível para consulta integral através do QR Code e do endereço indicado abaixo.

Consulte o documento completo:

Por um sector agroalimentar mais competitivo, resiliente e capaz de investir: https://www.confagri.pt/content/uploads/2026/09/Manifesto-Confagri_.pdf





REPROGRAMAÇÃO DO PEPAC: E VÃO CINCO...

TEXTO
AUGUSTO FERREIRA
CONFAGRI

O que dizer da estabilidade e previsibilidade de um Plano Estratégico da PAC (PEPAC) que, apesar de ter sido aprovado para Portugal em 31 de agosto de 2022, para vigorar no período 2023-2027, já acumulava, até 31 de agosto de 2026, cinco pedidos de reprogramação estratégica e três de alterações não estratégicas (NOA)? O Plano que deveria conter o desenho de uma estratégia integrada e assegurar o encadeamento coerente das diferentes intervenções disponíveis nos dois pilares da PAC, promovendo uma atividade agrícola e florestal sustentável em todas as regiões de Portugal e dando resposta ao quadro regulamentar comum da União Europeia, assente nos objetivos de garantir a segurança alimentar, contribuir para as metas ambientais e climáticas e reforçar o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais, parece hoje ver comprometidas a sua estabilidade, coerência e capacidade de concretização.

Numa análise ao saldo da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares, com base nas Estatísticas do Comércio Internacional de Bens do INE, I.P., verifica-se que Portugal apresentou, em 2024, um défice de 5.106,5 milhões de euros, o qual se agravou para 6.256,6 milhões de euros em 2025. Este agravamento, no montante de 1.150,1 milhões de euros, resultou simultaneamente da redução das exportações em 115,6 milhões de euros e do aumento das importações em 1.034,5 milhões de euros.

Do ponto de vista ambiental, merece igualmente destaque a evolução dos incêndios rurais. Em 2024 e 2025, registaram-se novamente áreas ardidas particularmente elevadas, atingindo, respetivamente, 137,7 mil e 270,7 mil hectares. Acresce que, na comparação entre os períodos 2015-2022 e 2023-2025, e apesar do carácter excecional do ano de 2017, em que arderam cerca de 540 mil hectares, a área média anual ardida aumentou de 133,4 mil para 147,6 mil hectares, o que corresponde a um acréscimo de 10,7%. Estes dados demonstram que, apesar dos progressos alcançados em matéria de prevenção e combate, a vulnerabilidade estrutural dos territórios rurais aos grandes incêndios continua a constituir um dos principais desafios da

TABELA 1

EIXO A	INTERVENÇÃO	ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO (Aumento da dotação para o EF2028 proveniente da dotação do QFP 2028-2034)	ESTIMATIVA DE IMPACTO NOS APOIOS (ANO 2027)	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA (ANO 2026)	VARIAÇÃO MUP - PREVISÃO (2027/2026)
A1 - Rendimento e resiliência	A.1.1 - Apoio ao rendimento base (ARB)	Passa de 303.949.433,80€ para 386.226.999,17€. **(+27,1%)**	• Montante unitário previsto (MUP) – 119,45€; • Montante mínimo do MUP - 80,97€; • Montante máximo do MUP – 149,32€.	• MUP – 107,96€; • Montante mínimo do MUP - 80,97€; • Montante máximo do MUP – 134,95€.	11,49€ **(+11%)**
	A.1.2.1 - Pagamento vaca em aleitamento	Passa de 45.007.910,00€ para 56.424.516,68€. **(+25,4%)**	• MUP – 113,97€; • Montante máximo do MUP – 142,46€.	• MUP – 103,00€; • Montante mínimo do MUP - 77,25€; • Montante máximo do MUP – 128,75€.	10,97€ **(+11%)**
	A.1.2.2 - Pagamento aos pequenos ruminantes	Passa de 35.653.359,00€ para 42.474.979,98€. **(+19,1%)**	• MUP –23,24€ • Montante máximo do MUP - 29,04€.	• MUP – 21,00€; • Montante mínimo do MUP - 15,75€; • Montante máximo do MUP – 26,25€.	2,24€ **(+11%)**
	A.1.2.3 - Pagamento leite de vaca	Passa de 15.002.671,00€ para 18.817.097,71€. **(+25,4%)**	• MUP –125,03€ • Montante máximo do MUP - 156,29€.	• MUP – 113,00€; • Montante mínimo do MUP - 84,75€; • Montante máximo do MUP – 141,25€.	12,03€ **(+11%)**
	A.1.2.4 - Pagamento ao arroz	Passa de 10.590.255,00€ para 13.274.261,09€. **(+25,3%)**	• MUP - 428,20€; • Montante máximo do MUP - 535,25€.	• MUP – 387,00€; • Montante mínimo do MUP - 290,25€; • Montante máximo do MUP – 483,75€.	41,20€ **(+11%)**
	A.1.2.5 - Pagamento ao tomate para indústria	Passa de 4.523.040,00€ para 5.676.165,66€. **(+25,5%)**	• MUP – 360,00€; • Montante mínimo do MUP - 270,00€; • Montante máximo do MUP – 450,00€.	• MUP – 360,00€; • Montante mínimo do MUP - 270,00€; • Montante máximo do MUP – 450,00€.	0€ **(0%)**
	A.1.2.6 - Pagamento às proteaginosas	Passa de 882.505,00€ para 1.078.803,41€. **(+22,2%)**	• Montante mínimo do MUP – 29 €	• MUP – 65,00€; • Montante mínimo do MUP - 48,75€; • Montante máximo do MUP – 81,25€.	0€ **(0%)**
	A.1.2.7 - Pagamento aos cereais praganosos	Passa de 2.294.552,00€ para 2.876.809,11€. **(+25,4%)**	• MUP – 115,07€. • Montante máximo do MUP –143,84€.	• MUP – 104,00€; • Montante mínimo do MUP - 78,00€; • Montante máximo do MUP – 130,00€.	11,07€ **(+11%)**
	A.1.2.8 - Pagamento ao milho grão	Passa de 9.707.600,00€ para 12.171.115,45€. **(+25,4%)**	• MUP - 304,28€. • Montante máximo do MUP - 380,35€.	• MUP – 275,00€; • Montante mínimo do MUP - 206,25€; • Montante máximo do MUP – 343,75€.	29,28€ **(+11%)**
	A.1.2.9 - Pagamento ao milho silagem	Passa de 3.177.000,00€ para 3.983.274,15€. **(+25,4%)**	• MUP – 182,57€ • Montante máximo do MUP – 228,21€	• MUP – 165,00€; • Montante mínimo do MUP - 123,75€; • Montante máximo do MUP – 206,25€.	17,57€ **(+11%)**
	A.1.2.10 - Pagamento à multiplicação de sementes certificadas	Passa de 441.250,00€ para 553.232,52€. **(+25,4%)**	• MUP – 138,31€ • Montante máximo do MUP – 172,89€	• MUP – 125,00€; • Montante mínimo do MUP - 93,75€; • Montante máximo do MUP – 181,25€.	13,31€ **(+11%)**
A2 - Equidade	A.2.1 - Pagamento aos pequenos agricultores	Passa de 62.318.227,00€ para 75.116.351,49€ **(+20,5%)**	• MUP – 770€ • Montante mínimo do MUP – 577,50€ • Montante máximo do MUP – 962,50€	• MUP – 770€ • Montante mínimo do MUP – 577,50€ • Montante máximo do MUP – 962,50€	0€ **(0%)**
	A.2.2 - Apoio redistributivo complementar	Passa de 63.999.662,82€ para 80.195.884,64€. **(+25,3%)**	• MUP – 120€ • Montante mínimo do MUP – 90,00€ • Montante máximo do MUP – 150,00	• MUP – 120€ • Montante mínimo do MUP – 90,00€ • Montante máximo do MUP – 150,00	0€ **(0%)**
A3 - Sustentabilidade (Ecorregimes)	A.3.3.1 - Maneio da pastagem permanente	Passa de 15.006.817,48€ para 18.809.905,69€. **(+25,3%)**	• MUP – 125,00€; • Montante mínimo do MUP - 93,75€; • Montante máximo do MUP – 181,25€.	• MUP – 125,00€; • Montante mínimo do MUP - 93,75€; • Montante máximo do MUP – 181,25€.	0€ **(0%)**
	A.3.3.2 - Promoção da fertilização orgânica	Passa de 1.986.196,43€ para 2.489.546,34€. **(+25,3%)**	• MUP –124,48€; • Montante máximo do MUP – 275€.	• MUP – 112,50€ • Montante mínimo do MUP – 112,50€ • Montante máximo do MUP – 200,00€	11,98€ **(+11%)**
	A.3.4 - Melhorar a eficiência alimentar animal para redução	Passa de 6.991.411,44€ para 8.763.203,12€. **(+25,3%)**	• MUP – 22,00€ • Montante mínimo do MUP – 5,00€ • Montante máximo do MUP – 29,00€	• MUP – 22,00€ • Montante mínimo do MUP – 5,00€ • Montante máximo do MUP – 29,00€	0€ **(0%)**
	A.3.5 - Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos	Passa de 8.827.539,69€ para 11.064.650,41€. **(+25,3%)**	• MUP – 24,00€ / 29,00€ • Montante mínimo do MUP – 22,00€ / 27,00€ • Montante máximo do MUP – 25,00€ / 30,00€	• MUP – 24,00€ / 29,00€ • Montante mínimo do MUP – 22,00€ / 27,00€ • Montante máximo do MUP – 25,00€ / 30,00€	0€ **(0%)**
	A.3.6 - Práticas promotoras da biodiversidade	Passa de 49.434.222,21€ para 61.962.042,27€, **(+25,3%)**	• Montante mínimo do MUP – 19 €	• MUP – 44,80€ • Montante mínimo do MUP – 31,36€ • Montante máximo do MUP – 58,24€	0€ **(0%)**

política florestal nacional. Tal realidade evidencia a necessidade de reforçar o investimento na gestão ativa da floresta, na valorização dos sistemas agroflorestais e na expansão dos mosaicos agrícolas e florestais de gestão de combustíveis. Em matéria de desenvolvimento social, os indicadores demográficos revelam igualmente fragilidades persistentes nos territórios rurais. Estas regiões apresentam, de forma generalizada, taxas brutas de natalidade inferiores à média nacional e, em sentido inverso, taxas brutas de mortalidade superiores às registadas no conjunto do país, contrastando com a realidade observada na Grande Lisboa e na Península de Setúbal. Estes indicadores evidenciam um acentuado envelhecimento demográfico e uma dinâmica de crescimento natural negativa, confirmando a tendência de despovoamento que continua a afetar uma parte significativa dos territórios rurais portugueses.

Assim, os resultados observados sugerem que o Plano apresenta limitações na resposta aos principais objetivos estratégicos da União Europeia. Tal constatação assume particular relevância no atual contexto de crescente instabilidade geopolítica, em que a soberania e a segurança alimentares voltaram a afirmar-se como prioridades estratégicas. O agravamento do défice da balança agroalimentar, a persistência da vulnerabilidade dos territórios rurais aos grandes incêndios e a contínua perda de população nas zonas rurais constituem indicadores que suscitam dúvidas quanto à eficácia das medidas adotadas e à capacidade do PEPAC para contribuir, de forma decisiva, para o reforço da resiliência e da sustentabilidade do sector agroflorestal nacional.

E a 5ª reprogramação estratégica do PEPAC irá trazer algo de novo?

A 5.ª reprogramação estratégica do PEPAC recorre às possibilidades introduzidas pelo Regulamento (UE) 2026/1768 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de julho de 2026, que alterou os Regulamentos (UE) 2021/2115 e (UE) 2021/2116. Estas alterações visam, por um lado, criar um tipo de intervenção destinado à concessão de um apoio temporário e excecional no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e, por outro, permitir uma maior flexibilidade na gestão das dotações dos pagamentos diretos para o ano civil de 2027 e no regime de adiantamentos aos beneficiários. A iniciativa da alteração regulamentar da União Europeia surge em resposta ao aumento dos custos de produção agrícola, em particular dos fertilizantes, decorrente da crise geopolítica no Médio Oriente, possibilitando, entre outras medidas, a antecipação para 2027 de verbas previstas para o exercício financeiro de 2028, no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 (QFP 2028-2034), ainda em fase de aprovação.

Neste contexto, a 5.ª reprogramação estratégica do PEPAC, submetida à Comissão Europeia a 27 de agosto de 2026, assenta em quatro objetivos fundamentais:

1. Reforçar os apoios diretos ao rendimento dos agricultores em 2027;
2. Eliminar os instrumentos financeiros previstos no PEPAC Continente;
3. Reorientar recursos financeiros para investimentos considerados prioritários, nomeadamente nas áreas do regadio, da modernização e da competitividade das explorações agrícolas;
4. Criar um apoio extraordinário destinado a compensar o aumento dos custos com fertilizantes.

Reforço dos apoios diretos ao rendimento dos agricultores

A proposta de reprogramação prevê um reforço global de 162.165.186 euros, correspondente ao montante máximo permitido pelo enquadramento regulamentar em vigor. Este reforço traduz-se num aumento de cerca de 11% das dotações afetas aos Pagamentos Diretos face a 2026 e destina-se ao financiamento de um conjunto de apoios a integrar no Pedido Único de 2027.

Eliminação dos instrumentos financeiros

A proposta de reprogramação submetida à Comissão Europeia prevê a eliminação definitiva dos instrumentos financeiros do PEPAC Continente. Neste âmbito, são extintas as intervenções C.2.1.4 - Investimento Produtivo Agrícola: Modernização e Melhoria do Desempenho Ambiental apoiadas por Instrumentos Financeiros, C.2.2.3 - Investimento Produtivo de Jovens Agricultores apoiado por Instrumentos Financeiros e C.3.1.3 - Investimento Produtivo na Bioeconomia: Modernização e Melhoria do Desempenho Ambiental apoiadas por Instrumentos Financeiros, cujas dotações de despesa pública ascendem, respetivamente, a 15.086.270,56 euros, 20.010.091,36 euros e 14.966.700,00 euros.

No seu conjunto, estas intervenções representam uma dotação pública de 50.063.061,92 euros, que será integralmente reafectada, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026, às intervenções C.2.1.1 - Investimento Produtivo Agrícola: Modernização e C.3.1.1 - Investimento Produtivo na Bioeconomia: Modernização. Esta opção traduz o abandono da abordagem baseada em instrumentos financeiros e a concentração dos recursos disponíveis em regimes de apoio direto ao investimento.

Reorientação de recursos financeiros para investimentos considerados prioritários

No âmbito da presente reprogramação, a intervenção D.3.2 - Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes beneficia de um reforço de 60 milhões de euros, destinado à reabilitação das infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, em conformidade com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2026.

Este reforço resulta do aumento da Comparticipação Pública Nacional (CPN), possibilitado pela redução da dotação FEADER afeta à intervenção C.1.2.1, na sequência da alteração da respetiva taxa de cofinanciamento.

Em consequência, a dotação financeira indicativa da intervenção D.3.2 - Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes aumenta de 63.999.999,96 euros para 123.999.999,96 euros, o que representa um acréscimo de 93,8% face à dotação inicialmente programada e evidencia a prioridade atribuída à modernização e resiliência dos aproveitamentos hidroagrícolas.

Apoio extraordinário destinado a compensar o aumento dos custos com fertilizantes

O Regulamento (UE) 2026/1768 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de julho de 2026, veio criar a possibilidade de os Estados-Membros implementarem um novo tipo de intervenção destinado

à concessão de um apoio temporário e excecional aos agricultores afetados pelo aumento dos preços dos fertilizantes, no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Esta possibilidade materializa-se através da introdução do novo artigo 78.º-B no Regulamento (UE) 2021/2115.

Neste contexto, encontra-se em apreciação pela Comissão Europeia, no âmbito da 5.ª reprogramação do PEPAC, a criação da nova intervenção C.4.4.1 - Pagamento de Crise Excecional – Fertilizantes, com uma dotação de 20 milhões de euros de despesa pública. O financiamento desta intervenção resulta da reafetação de verbas provenientes de várias intervenções eliminadas por não terem chegado a ser operacionalizadas durante o período de programação, conforme apresentado na Tabela 3.

A intervenção proposta prevê níveis de apoio diferenciados em função das características produtivas das explorações, distinguindo entre áreas de sequeiro e de regadio e considerando ainda a existência, ou não, de compromissos associados à gestão sustentável de nutrientes.

Os montantes de apoio previstos, destinados a reforçar a liquidez das explorações agrícolas e a mitigar o impacto dos custos de produção sobre o rendimento dos agricultores, serão de 14 euros/hectare elegível nas áreas de sequeiro e de 33 euros/hectare elegível nas áreas de regadio. O apoio está sujeito a um limite máximo de 5.000 euros por beneficiário, não sendo efetuados pagamentos de montante inferior a 50 euros.

Em conclusão, e sem prejuízo da importância de dar resposta às dificuldades conjunturais que afetam atualmente o sector agrícola, a 5.ª reprogramação do PEPAC acrescenta pouco em termos de concretização dos objetivos estratégicos da Política Agrícola Comum, designadamente no que respeita ao reforço da segurança alimentar, à prossecução das metas ambientais e climáticas e à promoção do desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais. Pelo contrário, a opção por privilegiar medidas de apoio de curto prazo, através da reafetação de recursos inicialmente destinados a instrumentos de investimento e de desenvolvimento estrutural, poderá limitar a capacidade de modernização, inovação e adaptação futura da agricultura portuguesa. ●

TABELA 2

INTERVENÇÃO	Despesa Pública (DP) prevista antes 5.ª reprogramação	DP transferida para a intervenção indicada, conforme proposta 5.ª reprogramação:	
		C.2.1.1 - Investimento Produtivo Agrícola – Modernização	C.3.1.1 - Investimento produtivo Bioeconomia – Modernização
C.2.1.4 – Investimento produtivo agrícola – Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiadas por instrumentos financeiros	15.086.270,56 €	15.086.270,56 €	0 €
C.2.2.3 – Investimento produtivo de jovens agricultores apoiado por instrumentos financeiros	20.010.091,36 €	20.010.091,36 €	0 €
C.3.1.3 – Investimento produtivo na bioeconomia – Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiadas por instrumentos financeiros	14.966.700,00 €	2.006.700,01 €	12.959.999,99 €
TOTAL	**50.063.061,92 €**	**37.103.061,93 €**	**12.959.999,99 €**

TABELA 3

INTERVENÇÕES ELIMINADAS	Despesa Pública (DP) prevista antes 5.ª reprogramação	Despesa FEADER prevista antes 5.ª reprogramação
C.2.1.3 - Investimentos não produtivos	27.600.000,00 €	22.080.000,00 €
C.4.2 - Apoio à promoção de produtos de qualidade	1.410.000,00 €	1.171.576,05 €
C.4.1.4 - Fundo de emergência rural	10.999.800,00 €	9.052.249,50 €
C.4.3.2 - Organizações interprofissionais	1.700.000,00 €	1.445.000,00 €
C.5.4 - Conhecimento agroambiental e climático	500.000,00 €	391.500,00 €
TOTAL	**42.209.800,00 €**	**34.140.325,55 €**

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS 2030: CONFAGRI E CRÉDITO AGRÍCOLA ASSUMEM COMPROMISSO PARA O FUTURO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, E PRESIDENTE DO CA, SÉRGIO FRADE, ASSINAM MANIFESTO DE COMPROMISSO

A CONFAGRI marcou presença no Terra'26, realizado na Quinta da Melhorada, na Azinhaga, evento dedicado à agricultura regenerativa em Portugal, onde, em conjunto com o Crédito Agrícola, participou na promoção do conhecimento e da reflexão sobre os desafios da agricultura e da sustentabilidade.
No âmbito do evento, o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, e o Presidente do Grupo Crédito Agrícola, Sérgio Frade, assinaram o Manifesto de Compromisso "Cooperativas Agrícolas 2030", uma iniciativa que pretende reforçar a capacidade de resposta das cooperativas agrícolas portuguesas perante os desafios atuais e futuros do sector.
O documento parte do reconhecimento do papel das cooperativas enquanto estruturas de organização coletiva, criação de valor e ligação entre agricultores, mercados e territórios. Num contexto marcado por desafios relacionados com a escala, sucessão geracional, pressão competitiva, adaptação climática, transição digital e valorização dos produtos nacionais, a modernização do sector cooperativo é apontada como essencial para reforçar a competitividade, a inovação, a resiliência e a sustentabilidade da agricultura portuguesa.
O compromisso assumido pela CONFAGRI e pelo Crédito Agrícola assenta numa abordagem de proximidade, procurando escutar cooperativas e agricultores e responder à diversidade das suas realidades, fileiras e territórios. A capacitação dos dirigentes cooperativos, técnicos e agricultores constitui uma das áreas identificadas, com aposta no reforço de competências em gestão, liderança, inovação, sustentabilidade, agricultura regenerativa e adaptação climática.
O Manifesto prevê igualmente o desenvolvimento ou promoção de soluções financeiras adequadas às necessidades das cooperativas e dos agricultores, incluindo financiamento, apoio ao investimento produtivo, transição energética e adaptação climática, eficiência hídrica, digitalização e modernização das infraestruturas, entre outros. Outro dos compromissos passa pelo reforço da gestão de risco e da proteção dos agricultores e cooperativas, através da promoção de soluções de seguros e mecanismos de mitigação dos riscos climáticos, contribuindo para maior segurança e previsibilidade do investimento.
A sustentabilidade e a inovação assumem também um papel central, com o compromisso de apoiar práticas produtivas mais resilientes e regenerativas, a conservação do solo e da água, a redução de emissões e a adaptação às alterações climáticas. Paralelamente, a inovação e a digitalização deverão contribuir para melhorar o planeamento, a tomada de decisão e o acesso a oportunidades de financiamento e aos mercados.
Por fim, o Manifesto valoriza a cooperação entre cooperativas e a partilha de conhecimento e boas práticas, reconhecendo que o futuro do sector agrícola exige escala, organização e capacidade de trabalhar em conjunto, sem perder a identidade local que caracteriza o movimento cooperativo.
"Cooperativas Agrícolas 2030" é, acima de tudo, uma declaração de parceria e de futuro. O Crédito Agrícola e a CONFAGRI querem estar lado a lado com as cooperativas agrícolas portuguesas para transformar desafios em oportunidades, conhecimento em ação, proximidade em impacto e compromisso em resultados. Porque apoiar as cooperativas é apoiar a agricultura, os agricultores, os territórios e o futuro sustentável de Portugal. ●

Consulte o Manifesto de Compromisso "Cooperativas Agrícolas 2030" na íntegra através do Qr Code ou do link indicado em baixo:

Manifesto de compromisso https://www.confagri.pt/content/uploads/2026/09/Manifesto_CA-CONFAGRI-Cooperativas-2030.pdf

COMBUSTÍVEIS AGRAVAM DESVANTAGEM COMPETITIVA DA AGRICULTURA PORTUGUESA

TEXTO
AUGUSTO FERREIRA
CONFAGRI



O custo dos combustíveis constitui atualmente um dos fatores mais relevantes para a competitividade das explorações agrícolas. Num mercado ibérico cada vez mais integrado, onde os produtores portugueses concorrem diretamente com os seus congéneres espanhóis, qualquer diferença significativa no preço dos fatores de produção traduz-se numa vantagem competitiva imediata para os produtores de um dos lados da fronteira. A este diferencial acrescem ainda as diferentes políticas públicas de apoio ao sector agrícola adotadas por cada um dos governos.

Se a agricultura espanhola já beneficia, em muitos sectores, de explorações de maior dimensão, de um nível mais elevado de concentração da oferta e de uma organização da produção que lhe confere uma posição mais favorável na cadeia de valor, o aumento dos custos dos combustíveis em Portugal contribui para aprofundar esta assimetria concorrencial. Como consequência, os agricultores portugueses enfrentam uma crescente perda de competitividade, com reflexos diretos no agravamento do desequilíbrio da balança comercial agroalimentar entre os dois países.

TABELA 1 **Consumos de Gasóleo Colorido e Marcado (GCM) utilizados na agricultura e na floresta.**

Região	N.º de utilizadores GCM	Volume de gasóleo abastecido (Litros - L)	Área Explorada (Hectares - Ha)	Estimativa de utilização de GCM/Utilizador, em Litros	Estimativa de utilização GCM/ Ha, em L/Ha	Custo GCM/ Ha (1,213 €/L - valor em 02/03/2026)	Custo GCM/ Ha (1,816 €/L - valor atual em 05/10/2026)	Aumento de custo GCM/Ha (Euros)
Entre-Douro e Minho	30.950	42.233.223	293.406	1.365	144	175	261	87
Trás-os-Montes	30.036	39.581.730	370.384	1.318	107	130	194	64
Beira Litoral	37.953	42.729.897	274.962	1.126	155	189	282	94
Beira Interior	19.494	21.810.160	428.438	1.119	51	62	92	31
Lisboa e Vale do Tejo	19.572	66.497.942	493.746	3.398	135	163	245	81
Alentejo	13.581	68.637.093	1.837.075	5.054	37	45	68	23
Algarve	3.975	4.545.310	88.393	1.143	51	62	93	31
TOTAL	**155561**	**286035356**	**3786404**	**1839**	**76**	**92**	**137**	**46**

Fonte: «Equipamentos utilizados na atividade agrícola e florestal», Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), maio de 2025.

A publicação «Equipamentos utilizados na atividade agrícola e florestal», divulgada pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) em maio de 2025, fornece informação detalhada sobre os consumos de Gasóleo Colorido e Marcado (GCM), vulgarmente designado por gasóleo verde, utilizados na agricultura e na floresta. Para além de permitir caracterizar o nível de mecanização do território nacional, estes dados constituem um instrumento fundamental para avaliar o impacto regional dos aumentos do preço dos combustíveis, uma vez que disponibilizam indicadores de consumo por região e concelho (Ver Tabela 1).

A análise dos dados evidencia que as regiões caracterizadas por sistemas produtivos mais intensivos e por maiores níveis de utilização de maquinaria agrícola são também aquelas que registam uma maior exposição ao aumento dos custos energéticos. Consequentemente, qualquer agravamento do preço do gasóleo traduz-se num impacto económico particularmente expressivo nestes territórios.

A comparação dos preços do combustível agrícola entre Portugal e Espanha revela diferenças significativas. De acordo com os dados disponibilizados em 11 de outubro de 2026 pelo portal *Observatorio de Precios de los Combustibles* (https://combustibles.observatorioprecios.com/gasoleo-b/), o preço do gasóleo utilizado pelos agricultores espanhóis apresenta uma considerável variabilidade entre províncias (Ver Figura 1). Considerando os preços mínimos observados em cada uma delas, obtém-se um valor médio de 1,429 €/litro.

Por sua vez, na mesma data, o portal oficial do Governo de Espanha, gerido pelo *Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico* (https://energia.serviciosmin.gob.es/shpCarburantes/), indicava um preço de referência de 1,705

FIGURA 1 Preço mais barato de "Gasóleo B" em cada província



Fonte: Observatorio de Precios de los Combustibles (11/10/2026).

TABELA 2 Comparação do Apoio extraordinário ao combustível agrícola entre Portugal e Espanha

País	Preço médio (€/litro)	Auxílio extraordinário e temporário (Crise Médio Oriente)	Devoluções fiscais	Custo médio final (€/litro)
Portugal (GCM)	1,816	0,10	*	1,716
Espanha (Gasóleo B)	1,705	0,20	0,0637	1,441
Diferença				**0,275**

(*) Portugal devolve 0,062 €/litro para consumos inferiores a 2.000 litros anuais, acrescidos de 0,042 €, para os detentores de Estatuto da Agricultura Familiar (cerca de 1.000 agricultores). Ambos os montantes não foram considerados por não serem aplicáveis a todos os agricultores.

TABELA 3 Encargo adicional suportado pelos agricultores portugueses por região

Região	Volume de gasóleo abastecido (Litros - L)	IMPACTO: Custo adicional, + 0,413 €/litro face a Espanha (€)
Entre-Douro e Minho	42.233.223	17.442.321
Trás-os-Montes	39.581.730	16.347.255
Beira Litoral	42.729.897	17.647.447
Beira Interior	21.810.160	9.007.596
Lisboa e Vale do Tejo	66.497.942	27.463.650
Alentejo	68.637.093	28.347.120
Algarve	4.545.310	1.877.213
TOTAL	**286.035.356**	**118.132.602**

€/litro para o Gasóleo B. Em Portugal, segundo a publicação semanal da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), o preço indicativo do Gasóleo Colorido e Marcado ascendia a 1,816 €/litro.

As diferenças tornam-se ainda mais evidentes quando se analisam os apoios públicos ao consumo de combustível agrícola concedidos em cada país. Em Espanha, o Plano Integral de Resposta à Crise do Médio Oriente prevê um auxílio extraordinário e temporário de 0,20 €/litro de Gasóleo B consumido pelos produtores agrícolas. A este apoio soma-se uma devolução fiscal de 0,0637 €/litro, correspondente a uma parcela do Imposto sobre Hidrocarbonetos suportado pelos agricultores e produtores pecuários.

Em Portugal, o apoio extraordinário associado à mesma crise corresponde a 0,10 €/litro, ou seja, metade do valor atribuído aos agricultores espanhóis. Não existe, além disso, um mecanismo equivalente de devolução fiscal com a mesma expressão (Ver Tabela 2).

A análise comparativa demonstra que, após a aplicação dos apoios disponíveis, o custo médio do combustível agrícola em Portugal permanece 0,275 €/litro acima do verificado em Espanha.

Todavia, esta diferença pode ser ainda mais expressiva. Se for considerado como referência o preço médio mínimo apurado a partir dos valores observados nas diferentes províncias espanholas (1,429 €/litro), o diferencial de custo pode atingir 0,551 €/litro. A média simples dos diferenciais apurados com base nestes dois referenciais corresponde a aproximadamente 0,413 €/litro, em desfavor dos agricultores portugueses.

Em termos práticos, isto significa que um agricultor português que utilize um trator com um consumo médio de dez litros por hora suporta um custo adicional superior a 4 euros por hora de trabalho, relativamente ao seu concorrente espanhol. Os cálculos efetuados com base nos consumos regionais de Gasóleo Colorido e Marcado indicam que os agricultores portugueses suportam um encargo adicional anual estimado em cerca de 120 milhões de euros, quando comparados com os seus concorrentes espanhóis (Ver Tabela 3).

Este valor representa um fator significativo de perda de competitividade para a agricultura nacional. Para além de reduzir a rentabilidade das explorações, limita a capacidade de investimento, dificulta a modernização do sector e agrava o diferencial concorrencial existente entre os dois países vizinhos da Península Ibérica, com reflexos inevitáveis na evolução da produção nacional e no saldo da balança comercial agroalimentar portuguesa.



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMENTEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN

KUHN

SEMEADOR MECÂNICO PREMIA



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

MULHERES QUE CULTIVAM O FUTURO

JOVENS AGRICULTORAS: DOIS PERCURSOS, DOIS PROJETOS, UM FUTURO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

Na sequência das duas edições dedicadas às mulheres na liderança cooperativa, a rubrica "Mulheres que cultivam o futuro" dirige agora o olhar para uma nova geração de agricultoras que está a construir o seu percurso profissional no sector agrícola. Escolher a agricultura como atividade profissional implica, muitas vezes, transformar uma ligação à terra num projeto concreto, reunir conhecimento e recursos e assumir uma atividade que exige dedicação, capacidade de adaptação e visão de futuro. Os percursos das jovens agricultoras são, por isso, tão diversos quanto os projetos que desenvolvem.

Nesta edição, damos a conhecer dois exemplos distintos, mas unidos pela vontade de criar e consolidar os seus próprios projetos agrícolas: Maria João, com uma exploração que combina produção de abacate e apicultura e aposta na agricultura de precisão, e Lúcia Monteiro, cujo projeto conjuga a produção avícola com a complementaridade de um pomar de cerejeiras. Duas histórias que mostram diferentes formas de entrar na agricultura e de olhar para o futuro da atividade.

Para conhecer estas duas histórias, colocámos às nossas entrevistadas três questões sobre a sua ligação à agricultura e o caminho que as levou a instalar-se, os projetos que estão a construir, e as suas visões para o futuro.



1. MARIA JOÃO CAMPOS- LICENCIADA E MESTRE EM ENGENHARIA AGRONÓMICA

MARIA JOÃO CAMPOS
JOVEM AGRICULTORA | SÃO MAMEDE DO CORONADO, TROFA

Como surgiu a sua ligação à agricultura, o que a levou a escolher esta atividade como caminho profissional e como tem sido o percurso desde a sua instalação como agricultora?

A minha ligação à agricultura começou muito antes de pensar nela como profissão. Cresci rodeada pelo mundo agrícola, acompanhando o trabalho da minha família e desenvolvendo, desde cedo, uma ligação muito especial à terra. Foi essa herança, aliada à vontade de criar algo meu, que me levou a escolher Engenharia Agronómica como formação académica.

Sempre acreditei que a agricultura é muito mais do que uma atividade profissional. É uma forma de vida que exige dedicação, conhecimento, resiliência e uma enorme capacidade de adaptação. A decisão de me instalar como jovem agricultora surgiu da vontade de dar continuidade às terras dos meus avós, valorizando o património familiar e transformando-o num projeto agrícola com futuro.

O percurso tem sido exigente, marcado por desafios técnicos, financeiros e burocráticos, mas também por uma enorme aprendizagem. Conciliar a atividade profissional como engenheira agrónoma com o desenvolvimento da minha própria exploração permite-me aplicar diariamente os conhecimentos adquiridos e compreender, em primeira mão, os desafios enfrentados pelos agricultores.

Em que consiste o projeto que decidiu desenvolver enquanto jovem agricultora e quais são os seus principais objetivos?

O meu projeto, denominado "Precisão Verde – Abacateiro e Apicultura para um Futuro Sustentável", nasceu da vontade de transformar as terras da minha família numa exploração agrícola moderna, sustentável e preparada para o futuro. Localizado em São Mamede do Coronado, no concelho da Trofa, assenta em duas vertentes principais: a produção de abacate e a apicultura.



2. ABACATEIRO E RESPETIVO FRUTO

Na componente frutícola, o projeto contempla a instalação de cerca de seis hectares de abacateiros, apostando numa cultura diferenciadora e na valorização da produção nacional. A apicultura constitui igualmente uma componente importante do projeto, quer enquanto atividade produtiva, quer pelo seu contributo para a polinização e biodiversidade.



3. TRATAMENTO DAS COLMEIAS

Desde o início, procurei que o projeto tivesse uma forte componente de agricultura de precisão. A exploração contará com estação meteorológica, sensores de humidade do solo, drone e equipamentos com tecnologia VRT (Variable Rate Technology). Estas ferramentas permitirão recolher informação sobre a exploração e ajustar as intervenções às necessidades efetivas da cultura, tornando a gestão mais precisa e eficiente. Num contexto marcado pelas alterações climáticas e pela necessidade de uma utilização cada vez mais responsável dos recursos, pretendo que a tecnologia seja uma ferramenta de apoio à decisão agronómica, permitindo otimizar fatores de produção, reduzir intervenções desnecessárias e promover uma utilização mais eficiente da água.

O projeto contempla ainda sistemas de rega e de proteção contra a geada, bem como as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade. O objetivo é construir uma exploração competitiva, sustentável e tecnicamente evoluída, conjugando conhecimento agronómico, agricultura de precisão e experiência no terreno, sem perder a ligação às origens e à história familiar que estiveram na base deste projeto.

Que objetivos tem para o futuro e o que considera necessário para que mais jovens possam encontrar na agricultura uma oportunidade para construir o seu próprio projeto?

O meu objetivo é continuar a desenvolver e consolidar a exploração, apostando numa produção de qualidade e demonstrar que é possível criar valor na agricultura portuguesa através do conhecimento, da inovação, da sustentabilidade e da persistência.

Acredito que o futuro da agricultura passa cada vez mais pela agricultura de precisão. Quero conhecer o estado da minha exploração ao detalhe, recorrendo a sensores, informação meteorológica e drones que auxiliem na tomada de decisões, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos e uma intervenção mais rigorosa e adequada às necessidades da cultura.

Para que mais jovens encontrem na agricultura uma oportunidade para construir o seu próprio projeto, considero fundamental o acesso a condições de financiamento mais favoráveis, a simplificação dos processos burocráticos, o acompanhamento técnico e a valorização dos produtos nacionais. É igualmente importante mostrar que a agricultura é uma profissão qualificada, com espaço para a tecnologia, inovação, empreendedorismo, sustentabilidade e realização pessoal.

Os projetos agrícolas não se constroem de um dia para o outro. Exigem trabalho, sacrifícios, capacidade de adaptação e, acima de tudo, coragem para continuar quando surgem obstáculos. É essa a mensagem que gostaria de transmitir a outros jovens: não tenham receio de apostar na agricultura e de construir o seu próprio caminho.

"Os sonhos não se impõem, cultivam-se."



4. LÚCIA MONTEIRO – LICENCIADA EM ENGENHARIA ZOOTÉCNICA

LÚCIA MONTEIRO

JOVEM AGRICULTORA | GERMINADE, SÃO PEDRO DO SUL

Como surgiu a sua ligação à agricultura, o que a levou a escolher esta atividade como caminho profissional e como tem sido o percurso desde a sua instalação como agricultora?

A minha ligação à agricultura surge no contexto familiar. Os meus pais foram agricultores durante grande parte da vida, tenho formação em Engenharia Zootécnica e o meu marido também vem de uma família ligada à agricultura. Há quase 15 anos que cultivamos terrenos e temos animais, embora sem sermos "oficialmente" agricultores.

Paralelamente, trabalho numa empresa de referência do sector da avicultura, estando diretamente ligada à produção e em contacto permanente com os produtores. Esta experiência tem-me permitido acompanhar diariamente as suas dificuldades e sucessos, conhecer de perto a realidade do sector e perceber os desafios que se colocam a quem desenvolve uma atividade agrícola.

A conjugação deste percurso familiar e profissional, aliada à disponibilidade de terrenos que fomos reunindo ao longo dos últimos 10 a 12 anos, permitiu criar as condições necessárias para avançar

com este projeto e reforçar a agricultura como uma atividade própria. Foi um processo gradual, que envolveu a reunião de terrenos que se encontravam inicialmente muito fragmentados e que exigiu tempo e persistência até estarem reunidas as condições para concretizar o projeto.

Em que consiste o projeto que decidiu desenvolver enquanto jovem agricultora e quais são os seus principais objetivos?
O projeto consiste na construção na localidade de Germinade, em São Pedro do Sul, de um aviário para frango industrial, associado a um pomar de cerejeiras. Esta segunda componente pretende, para além de complementar o rendimento do aviário, aproveitar os períodos em que as instalações avícolas estão sem produção, nomeadamente durante os vazios sanitários. Desta forma, será possível dar uma utilização complementar aos terrenos e assegurar uma ocupação mais regular dos recursos humanos afetos ao projeto, funcionando simultaneamente o pomar como uma barreira natural e paisagística.
O principal objetivo passa pela produção de frango branco, com bandos de cerca de 40 mil aves em ciclos curtos e em ambiente controlado, procurando rentabilizar ao máximo as instalações a construir e desenvolver uma atividade produtiva com continuidade.
A combinação das duas componentes permite, assim, aproveitar de forma complementar os recursos disponíveis e criar um projeto diversificado, com diferentes fontes de rendimento e com capacidade para valorizar os terrenos que foram sendo reunidos ao longo dos anos.

Que objetivos tem para o futuro e o que considera necessário para que mais jovens possam encontrar na agricultura uma oportunidade para construir o seu próprio projeto?
Para o futuro, e dependendo do funcionamento do projeto, tenho como objetivo aproveitar outros terrenos que fomos reunindo, inicialmente constituídos por microparcelas, para expandir o negócio. Todo o processo tem sido moroso e complexo, quer pela relação com os confinantes, quer pela burocracia associada. Ainda assim, considero que a concretização deste projeto representa uma mais-valia não só a nível pessoal e familiar, mas também para a própria região, através da criação de emprego e da manutenção de zonas rurais que, de outra forma, poderiam ficar abandonadas.
A experiência de reunir a propriedade onde o projeto se situa mostrou-me também a importância que o emparcelamento pode ter para quem pretende iniciar ou desenvolver uma atividade agrícola. Para que mais jovens possam entrar na atividade, considero absolutamente necessária uma política de emparcelamento agrícola que funcione. A fragmentação da propriedade existente no país dificulta o crescimento de projetos agrícolas que não sejam de nicho ou que não disponham de capacidade para realizar grandes investimentos sem necessidade de uma área significativa de terra. No meu caso, a reunificação da propriedade onde o projeto se situa demorou mais de 10 anos.
Além disso, é importantíssimo criar condições para o escoamento da produção, nomeadamente através de organizações que permitam juntar os produtores, como as Cooperativas, de forma a reforçar a capacidade de negociação dos produtores e a assegurar uma maior valorização da produção junto do mercado, combatendo a máquina da grande distribuição que muitas vezes esmaga a margem do produtor. Para quem inicia um projeto agrícola, não basta conseguir produzir: é igualmente importante garantir condições para que essa produção possa ser valorizada e contribuir para a sustentabilidade económica da atividade. Sem rentabilidade, não há atividade, logo não há agricultura.



5. TERRENO JÁ PREPARADO PARA A INSTALAÇÃO DO AVIÁRIO E POMAR DE CEREJEIRAS



6. OUTRA PERSPETIVA TERRENO JÁ PREPARADO PARA A INSTALAÇÃO DO AVIÁRIO E POMAR DE CEREJEIRAS

CONCLUSÃO

Os percursos de Maria João e Lúcia Monteiro mostram que não existe um único caminho para uma nova geração de agricultoras. Em ambos os casos, a ligação familiar à agricultura cruza-se com formação, experiência profissional e uma vontade concreta de transformar recursos e conhecimento em projetos próprios.
Os dois projetos apresentam características distintas, mas partilham uma mesma ideia de futuro: a agricultura exige capacidade de planeamento, investimento, conhecimento e persistência, ao mesmo tempo que oferece espaço para a diversificação, a tecnologia, a criação de emprego e a valorização dos territórios rurais.
Dar a conhecer estes percursos é também mostrar que a renovação geracional passa por criar condições para que mais jovens possam encontrar na agricultura uma atividade profissional capaz de acolher os seus projetos, concretizar as suas ambições e construir novas oportunidades no mundo rural. ●

CONFAGRI MARCA PRESENÇA NA 27.ª FEIRA NACIONAL DO PORCO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A CONFAGRI marcou presença na 27.ª edição da Feira Nacional do Porco, que decorreu entre os dias 1 e 3 de outubro, no Parque de Exposições Acácio Dores, no Montijo.

Sob o lema «A Suinicultura está no Ponto», o certame reuniu, pela primeira vez, toda a fileira da carne de porco, numa organização que juntou à Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS), a Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA), a Associação Portuguesa de Industriais de Carne (APIC) e a Organização Interprofissional da Fileira da Carne de Porco (FILPORC).

Com uma área de exposição de 6.500 m² e 187 expositores, distribuídos pelas áreas profissional, gastronomia, exposição animal e ar livre, a Feira recebeu mais de 5.000 visitantes, afirmando-se como um importante espaço de encontro, partilha de conhecimento e valorização da suinicultura nacional.

Na sessão de abertura, David Neves, Presidente da FPAS, destacou a ambição do sector para os próximos anos: «A nossa visão é a de uma suinicultura moderna, sanitariamente segura, ambientalmente sustentável, territorialmente equilibrada e geracionalmente renovada, capaz de aproximar Portugal da autossuficiência em carne de porco.»

A inauguração contou igualmente com a presença do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, que, com a sua participação, reafirmou o apoio da Confederação ao sector suinícola e o reconhecimento da sua importância para a produção agroalimentar e para a economia nacional.

A CONFAGRI esteve igualmente representada através de um stand institucional, onde disponibilizou diverso material informativo e procurou esclarecer e informar os visitantes, reforçando a proximidade da Confederação com os profissionais e as entidades ligadas ao sector.

A edição deste ano ficou ainda marcada pela apresentação de uma nova estratégia para a suinicultura nacional para o período 2028-2034, já em negociação com o Governo, e pela realização de palestras e seminários dedicados a alguns dos principais desafios do sector.

A CONFAGRI felicita a FPAS e as restantes entidades organizadoras pela realização de mais uma edição da Feira Nacional do Porco, uma iniciativa que contribui para promover a dinâmica, a capacidade de inovação e a importância estratégica da suinicultura portuguesa.



1. PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, COM PRESIDENTE DA FPAS, DAVID NEVES, NA SESSÃO INAUGURAL DA FEIRA DO PORCO



A ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA O SECTOR PECUÁRIO: QUE FUTURO?

TEXTO
CÁTIA ROSAS
CONFAGRI



Que pecuária queremos na Europa daqui a dez anos para que continue economicamente viável?

A pergunta ganha importância com a publicação, pela Comissão Europeia (CE), em julho, da Estratégia da UE para a Pecuária, acompanhada por um Plano de Ação para as proteínas (CE, 2026 e CE, 2026a). As duas iniciativas partem de uma constatação comum: a segurança alimentar e a competitividade da agricultura europeia dependem também da capacidade de reduzir vulnerabilidades e reforçar a resiliência do sistema agroalimentar.

Estratégia da UE para a Pecuária

A pecuária europeia não é apenas uma atividade de produção animal. Representa cerca de 40% do valor acrescentado agrícola da UE, gera cerca de 400 mil milhões de euros de volume de negócios anual e está associada a cerca de sete milhões de empregos ao longo da cadeia de valor. Está também muito ligada à gestão do território, à vitalidade das zonas rurais, à biodiversidade e à segurança alimentar. Mas, ao mesmo tempo, enfrenta perda de explorações, envelhecimento dos produtores, volatilidade dos mercados, doenças animais, alterações climáticas e custos crescentes de produção.

É neste contexto que a CE coloca a resiliência no centro da sua estratégia. Mais do que capacidade para resistir a uma crise, a resiliência implica também antecipar riscos, adaptar-se, investir e reduzir dependências. A Estratégia aponta, por isso, para instrumentos de gestão de risco, prevenção e controlo de doenças, adaptação climática, inovação, financiamento e valorização da diversidade dos sistemas pecuários europeus.

Há também uma mudança de enfoque. Reconhece-se que a transição ambiental só fará sentido se a par dos requisitos para as explorações, com claros benefícios ambientais, sejam reduzidos custos e proporcionadas novas fontes de rendimento. Esses devem ser os enfoques através da redução de emissões, a melhoria do uso de nutrientes e da água, valorização do estrume, desenvolvimento de soluções de circularidade ou aumento da eficiência alimentar.

Para que a transição seja sustentável, o **valor criado tem de chegar às explorações** e deixar de continuar a ser capturado a jusante. As organizações de produtores e as cooperativas são importantes na melhoria da posição dos agricultores na cadeia de valor. Importa transformar a transição em valor económico para quem produz.

A Estratégia reconhece esta necessidade e prevê, entre outras medidas, melhorar o acesso ao financiamento para investimentos em sustentabilidade e bem-estar animal,

A posição da CONFAGRI na consulta pública sobre a estratégia europeia para a pecuária

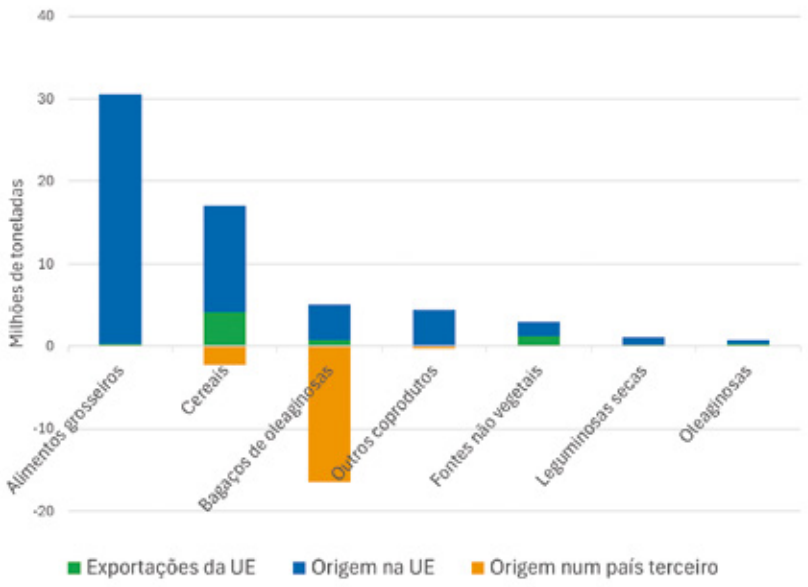
TEXTO
DOMINGOS GODINHO
CONFAGRI

Na consulta pública sobre a futura Estratégia Europeia para a Pecuária, a CONFAGRI destacou o papel da pecuária na manutenção da atividade agrícola e da população em territórios rurais, em especial onde a agricultura de regadio não é possível e as alternativas agrícolas de sequeiro apresentam menor viabilidade económica. **A pecuária contribui, nestes contextos, não apenas para a produção, mas também para a permanência de pessoas no território, uma vez que o cuidado dos animais exige presença humana regular e próxima das explorações**.
A CONFAGRI salientou também o papel das cooperativas agroalimentares na sustentabilidade destes sistemas, através do acesso a fatores de produção, apoio técnico e veterinário, formação, serviços financeiros, comercialização e criação de valor. Defendeu, por isso, que a futura Estratégia deve contribuir para a viabilidade não só das explorações pecuárias, mas também **das organizações e estruturas territoriais que as sustentam**. Estes contributos da CONFAGRI foram disponibilizados no site da Comissão Europeia relativo à consulta pública da proposta de estratégia apresentada. A CONFAGRI contribuiu ainda para um documento mais amplo do sector cooperativo agrícola europeu através da COPA-COGECA.

e criar uma "bússola" voluntária de sustentabilidade. Reconhece e identifica a importância das **cooperativas agrícolas, como parte da solução**. Prevê criar uma Plataforma de Pecuária, com repositório de soluções comprovadas para o clima, ambiente e bem-estar animal (até 2027) e medidas para valorizar a qualidade, a origem e as características dos sistemas produtivos europeus.
Inclui também o desenvolvimento de uma metodologia harmonizada para as emissões de GEE provenientes da pecuária ao nível das explorações, incluindo critérios para o reconhecimento de sistemas de produção animal hipocarbónicos, respeitadores do ambiente, de origem local e com elevado bem-estar.
A própria reflexão desenvolvida no âmbito da EU CAP Network (2026) aponta para esta visão integrada. O Grupo Temático sobre o papel da PAC no apoio a sistemas pecuários sustentáveis e competitivos identificou quatro áreas de ação interligadas: a forma como a terra é gerida, a relação entre agricultores e cadeia de valor, a comunicação e sensibilização dos consumidores e a atratividade das zonas rurais como lugares para viver e trabalhar. Sublinha, também, que não há uma solução única para os diferentes sistemas pecuários e que as respostas devem considerar os contextos territoriais.
Mas de que recursos depende esta pecuária?

A União Europeia (UE) é relativamente autónoma em alimentos para animais de menor teor proteico, mas depende fortemente de importações de matérias-primas ricas em proteína. O sector pecuário da UE utiliza cerca de 74 milhões de toneladas de proteína por ano na alimentação animal. Em 2025, apenas 25% da proteína proveniente de oleaginosas e proteaginosas utilizada na UE tinha origem europeia. Destaque para a soja utilizada em que 94% é importada (Figura 1).
Esta dependência é uma questão comercial, mas também de resiliência. Uma pecuária dependente de cadeias de abastecimento externas e concentradas fica mais exposta à volatilidade dos mercados e a perturbações geopolíticas ou produtivas nos países fornecedores.

FIGURA 1 Origem das proteínas utilizadas na alimentação dos animais na UE e exportações desses produtos (em milhões de toneladas de proteína bruta)



Fonte: CE, 2026a

Plano Europeu para as Proteínas

O Plano Europeu para as Proteínas procura responder a esta dependência do sector pecuário. O objetivo não é simplesmente produzir mais na Europa, mas reforçar a resiliência, a autonomia estratégica e a sustentabilidade do sistema de proteínas, diversificando fontes de abastecimento e fortalecendo as cadeias de valor.

Para isso, propõe combinar instrumentos da PAC, investimento, inovação, contratos e organização das cadeias, incluindo melhores condições para armazenamento e transformação. A meta definida para 2035 é aumentar para 35% a proporção de proteínas provenientes de oleaginosas e proteaginosas produzidas na UE e utilizadas na alimentação animal.

Surge, assim, uma dimensão territorial: não basta saber quanto podemos produzir, mas onde faz sentido produzir, para que mercados, com que infraestruturas e como podem integrar-se com os sistemas pecuários existentes.

Produzir mais só será oportunidade para os agricultores se existirem armazenamento, transformação, logística, conhecimento, contratos e capacidade de negociação. Defende o Plano que a autonomia estratégica da Europa deve ser construída através de novas culturas; acompanhadas por formas de organizar e valorizar as cadeias.

Uma maior utilização de forragens e prados locais, a integração entre produção vegetal e animal, a utilização de coprodutos da transformação agrícola e alimentar e uma melhor circulação de nutrientes podem reduzir dependências e criar valor dentro dos próprios territórios.

O Plano reconhece a necessidade de melhorar o conhecimento destes fluxos e de reforçar as ligações entre as diferentes cadeias de valor.

A resiliência da pecuária pode começar na exploração, mas constrói-se também nas relações que estabelece com outras atividades, com o território e com a cadeia de valor. E é aqui que entram a investigação e a inovação, bem como a ligação às organizações agrícolas no terreno, como a CONFAGRI tem defendido e promovido.

AgRI 2040 e Food 2040

Em setembro, a Comissão Europeia adotou uma nova abordagem estratégica para a investigação e inovação no sector agroalimentar, através de dois quadros articulados: **AgRI 2040**, centrado na agricultura, floresta e zonas rurais, e **Food 2040**, centrado nos sistemas alimentares.

O objetivo é aproximar investigação, inovação, experimentação, investimento e adoção no terreno, dando maior atenção às necessidades dos utilizadores e à criação de soluções em contextos reais.

Entre as áreas de ação do AgRI 2040 estão os sistemas pecuários, saúde e bem-estar animal, sistemas de culturas e proteaginosas, solos e agroecossistemas, bioeconomia, zonas rurais e cadeias de valor agroalimentares. O Food 2040 complementa esta abordagem olhando para o sistema alimentar, incluindo territórios, eficiência de recursos e circularidade, dietas sustentáveis, novos modelos de negócio e soluções para cadeias de valor mais justas.

AgRI 2040 e Food 2040 procuram reforçar a passagem do conhecimento à aplicação: aproximar investigadores, produtores, empresas, autoridades, comunidades rurais e outros atores para desenvolver, testar e demonstrar soluções em contexto real. A inovação passa a incluir a capacidade de transformar novos conhecimentos e tecnologias em soluções utilizáveis e economicamente relevantes.

Conclusões

Abordámos neste artigo peças fundamentais do que está a ser projetado a nível europeu para a pecuária futura (Tabela 1). A Estratégia para a Pecuária olha para a viabilidade e resiliência de um sector fundamental; o Plano para as Proteínas aborda uma das suas dependências estruturais; AgRI 2040 procura orientar o conhecimento e a inovação necessários à transformação da agricultura e dos territórios; e Food 2040 alarga essa perspetiva ao conjunto do sistema alimentar (Tabela 1).

O desafio não é apenas produzir de forma mais sustentável. É construir sistemas capazes de antecipar riscos, reduzir dependências e criar valor. E, para que essa resiliência seja duradoura, o valor criado pela transição terá de chegar às explorações e aos territórios onde ela acontece. E as Cooperativas Agrícolas têm um papel relevante a desempenhar.

A estratégia de futuro passa por fortalecer a resiliência do sector, transformá-la em valor e o valor em futuro para quem produz. ●

TABELA 1

PUBLICAÇÃO	PERGUNTA A QUE RESPONDE
Estratégia UE para a Pecuária	Como manter uma pecuária competitiva, sustentável e resiliente?
Plano Europeu para as Proteínas	Como reduzir uma dependência estrutural da alimentação animal?
AgRI 2040	De que conhecimento e inovação precisamos para transformar agricultura, pecuária e territórios?
Food 2040	Como ligar essa transformação ao conjunto do sistema alimentar?

BIBLIOGRAFIA:

AgRI2040 e Food 2040 https://agriculture.ec.europa.eu/
CE (2026). Estratégia da UE para a Pecuária. COM(2026) 576 final Comissão Europeia, de 7 de julho de 2026
CE (2026a). Plano de Ação da União Europeia para a resiliência, a autonomia estratégica e a sustentabilidade do sistema de proteínas. COM(2026) 355 Comissão Europeia, de 7 de julho de 2026
EU CAP network (2026). Ações para promover sistemas de pecuária sustentáveis e competitivos na UE https://eu-cap-network.ec.europa.eu/ Tum publicaes cons

CA SEGUROS REFORÇA O CA CLINICARD COM NOVAS VALÊNCIAS DIGITAIS

Nova consulta de Neurologia por videochamada e revisão das condições de Psicologia e Nutrição reforçam o acesso a cuidados de saúde especializados.



A CA Seguros reforçou o CA CliniCard, alargando o acesso a cuidados de saúde com valências digitais que promovem um acesso mais simples e acessível a especialidades médicas.

A principal novidade é a integração de consultas de Neurologia por videochamada, que passam a abranger as áreas do sono, da enxaqueca e da demência. Esta valência inclui um limite de cinco consultas por anuidade, mediante um copagamento de 35 euros por consulta.

Foram também revistas as condições de acesso às consultas de Psicologia e Nutrição por videochamada, que contemplam agora cinco utilizações gratuitas por anuidade, aplicando-se um custo de cinco euros por consulta a partir da sexta utilização.

Esta evolução surge num contexto em que a procura por serviços de saúde acessíveis e especializados continua a crescer, refletindo o crescimento de áreas como a saúde mental, a neurologia e a adoção de estilos de vida mais saudáveis. Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de uma em cada oito pessoas vive com uma perturbação mental, enquanto as perturbações do sono afetam uma parte significativa da população adulta.

Com esta atualização, a CA Seguros reforça a sua oferta de saúde na aposta na inovação e na proximidade, disponibilizando soluções que promovem uma abordagem mais preventiva, próxima e conveniente dos cuidados de saúde. ●

"O acesso rápido e conveniente a cuidados de saúde especializados é hoje uma necessidade crescente para muitas famílias. Com esta atualização do CA CliniCard procuramos responder a desafios cada vez mais presentes na sociedade, como a saúde mental, os distúrbios do sono, as doenças neurológicas e a prevenção através da adoção de estilos de vida mais saudáveis. O nosso objetivo é disponibilizar soluções simples, acessíveis e alinhadas com as necessidades reais dos nossos clientes", afirma João Pedro Borges, Presidente do Conselho de Administração Executivo da CA Seguros.

FENDT

Um novo capítulo.
A mesma excelência.

A Fendt chega à Ascendum, um grupo com mais de 65 anos de história e serviço de proximidade em todo o país.

Uma parceria construída para crescer.

ASCENDUM
IMPORTADOR OFICIAL
ascendum.pt

ATENDER
APOIAR
RESPONDER RAPIDAMENTE
CRESCER EM CONJUNTO

A AGROSEMANA VOLTOU A REUNIR O SECTOR AGRÍCOLA E MILHARES DE VISITANTES

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI E DA AGROS, IDALINO LEÃO, NA SESSÃO INAUGURAL DA AGROSEMANA

A 12.ª edição da AgroSemana – Feira Agrícola do Norte voltou a afirmar-se como um dos principais eventos do calendário agropecuário nacional. Entre os dias 3 e 6 de setembro, milhares de visitantes passaram pelo Espaço AGROS, em Argivai, na Póvoa de Varzim, numa edição marcada pela diversidade de iniciativas, pela valorização da produção nacional e pela aproximação entre o mundo rural e o público urbano. A CONFAGRI voltou a participar ativamente no certame, através de um stand institucional e da organização de duas iniciativas dedicadas aos desafios e ao futuro do sector agroalimentar.

Organizada pela AGROS, a feira reuniu um vasto conjunto de expositores, empresas, produtores e entidades ligadas à atividade agropecuária, proporcionando aos visitantes o contacto com equipamentos, produtos, serviços e soluções tecnológicas que refletem a evolução e a modernização do sector.

Entre os espaços de maior destaque esteve o Espaço Cooperativo, onde as cooperativas do universo AGROS deram a conhecer produtos de diferentes regiões do Norte, promovendo a qualidade, a diversidade e a identidade da produção nacional, bem como o papel do movimento cooperativo na valorização dos territórios.

À semelhança das edições anteriores, a CONFAGRI esteve presente com um stand próprio na zona institucional, que constituiu um espaço de encontro e partilha com visitantes, agricultores, dirigentes, associados e representantes de diversas entidades.

A Confederação contribuiu igualmente para a programação técnica da AgroSemana, através da organização da conferência **«Os Atuais Desafios do Agroalimentar ao Longo da Cadeia de Valor»** e de uma sessão dedicada ao **papel estratégico da tecnologia na transformação da agricultura nacional**. Ambas as iniciativas são abordadas em artigos próprios nesta edição da *Espaço Rural*.

A componente técnica constituiu, aliás, uma das principais vertentes do certame, com a realização de seminários, sessões de trabalho e debates sobre temas como a digitalização, a sustentabilidade, as alterações climáticas e a produtividade, promovendo a partilha de conhecimento e a reflexão sobre os desafios que se colocam à agricultura portuguesa.

A formação e a valorização das novas gerações estiveram também em evidência através dos Agrolympics, que reuniram estudantes de escolas profissionais agrícolas, proporcionando-lhes a oportunidade de demonstrar competências e aplicar conhecimentos num ambiente de convívio e partilha de experiências.

Outro dos momentos relevantes foi o lançamento do 1.º Concurso Nacional de Azeites Cooperativos, promovido pela FENAZEITES, uma iniciativa pioneira que pretende reconhecer a qualidade dos azeites produzidos pelas cooperativas agrícolas e contribuir para a valorização do sector olivícola nacional.

A programação incluiu ainda diversas iniciativas gastronómicas, com destaque para os *showcookings* dedicados aos produtos



2. VISITA DO MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR, JOSÉ MANUEL FERNANDES, E DO VICE-PRESIDENTE DA CCDR-NORTE, PAULO RAMALHO, AO STAND DA CONFAGRI.



3. VISITA DO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA, ANTÓNIO LEITÃO AMARO AO STAND DA CONFAGRI.



4. VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDRO MACHADO, AO STAND DA CONFAGRI

nacionais, nomeadamente ao leite e seus derivados e às carnes de raças autóctones portuguesas. O recinto recebeu também representantes políticos e as equipas de futebol do Rio Ave, Gil Vicente e Varzim, numa iniciativa associada à promoção de



5. SALA DA SESSÃO INAUGURAL DA AGROSEMANA

hábitos de vida saudáveis e de uma alimentação equilibrada. A vertente cultural e de entretenimento, com concertos, atividades para diferentes públicos e iniciativas solidárias, contribuiu igualmente para a forte adesão de visitantes ao longo dos quatro dias, reforçando a capacidade da AgroSemana para aproximar o universo agrícola da sociedade.



6. ANTÓNIO BRITO E FRANCISCO VILELA, PRESIDENTE E VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FENAZEITES NO LANÇAMENTO DO 1.º CONCURSO NACIONAL DE AZEITES COOPERATIVOS

A 12.ª AgroSemana voltou, assim, a demonstrar a capacidade do sector agropecuário para se afirmar como uma atividade moderna, dinâmica e essencial ao desenvolvimento económico e à coesão territorial, reforçando simultaneamente a ligação entre a agricultura e a sociedade. Uma missão para a qual a CONFAGRI continua a contribuir, através da sua presença e intervenção ativa neste importante certame. ●

CA Seguros Distinção

8 anos de liderança não acontecem por acaso

Melhor Experiência do Cliente
SEGUROS
RAMO NÃO VIDA
BECX 2025

O BECX é uma referência nacional na avaliação da experiência do cliente e premeia as organizações que mais se distinguem na oferta de uma experiência de excelência.

CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 3º Dt.º • 1070-040 Lisboa
E-mail: geral@ca-seguros.pt
Capital Social: 18.000.000 € • M.C.R.C. de Lisboa e Pessoa Coletiva nº 503 384 089 • Registo ASF 1122

App CA Seguros | CA Online | WhatsApp 963 806 000

Para mais informações:
ca-seguros.pt | 213 806 000 Atendimento personalizado, dias úteis das 8h30 às 17h30

CA Seguros

PUBLICIDADE 02/2026

ASCENDUM ASSUME REPRESENTAÇÃO DA FENDT EM PORTUGAL

ASCENDUM É O NOVO DISTRIBUIDOR OFICIAL DA FENDT — MARCA DE TRATORES E ALFAIAS AGRÍCOLAS — DESDE SETEMBRO DE 2026



Desde 24 de setembro último que a Ascendum é o novo distribuidor oficial e exclusivo da Fendt em Portugal, reforçando a sua presença no sector agrícola e consolidando a sua estratégia de crescimento através da integração de marcas líderes e tecnologicamente avançadas. Com esta representação, a Ascendum disponibiliza ao mercado português todo o portefólio de soluções Fendt - marca líder em tecnologia do Grupo AGCO, incluindo tratores, ceifeiras, uma alargada gama de material forrageiro e soluções agrícolas inteligentes, - apoiada por uma rede de vendas e assistência especializada focada na proximidade ao cliente e na excelência do serviço. Uma parceria que une a experiência, a dimensão e a proximidade da Ascendum no mercado nacional à reconhecida qualidade, inovação e tecnologia que caracterizam a Fendt a nível mundial.

Esta parceria enquadra-se na estratégia de crescimento da AGCO, grupo internacional detentor da marca Fendt, que procura fortalecer a sua presença nos mercados estratégicos, através de parceiros com elevada capacidade operacional e forte orientação para o cliente. “O mercado português é fundamental para o crescimento da Fendt na Europa. Com a Ascendum, estamos a criar a base em Portugal para posicionar a Fendt de forma ainda mais clara como uma marca premium, impulsionar de forma estratégica o desenvolvimento da rede de concessionários e oferecer aos agricultores uma rede de confiança para aconselhamento, assistência e acesso a tecnologia inovadora”, refere Dominic Esser, Director of Sales, Fendt EME.

Fabio Garavelli, Associate Sales Director, Fendt Southern Europe, Fendt EME, reforça ainda a ideia de que “Portugal é um mercado com grande potencial para a Fendt e com uma forte tradição agrícola. Com a Ascendum, contamos com um parceiro que conhece muito bem o mercado, os clientes e as suas necessidades. Juntos, queremos expandir de forma consistente a presença da Fendt em Portugal e proporcionar aos agricultores o acesso a tecnologia de ponta, aconselhamento profissional e um serviço de assistência fiável”.

José Luís Mendes, CEO da Ascendum Portugal, manifestou a sua enorme satisfação com esta parceria e adiantou que “a representação da Fendt em Portugal é motivo de enorme orgulho para a Ascendum. Reforçamos a união de duas organizações que partilham valores fundamentais como a inovação, a proximidade ao cliente e a procura constante pela excelência. Esta parceria reforça a nossa ambição de liderar a transformação do sector agrícola português, disponibilizando aos agricultores soluções de elevada performance, tecnologia de ponta e um serviço de excelência, que nos tem distinguido ao longo de mais de 65 anos de atividade em Portugal.”

Os clientes portugueses contam agora com o apoio da rede de concessionários autorizada e da Ascendum para todas as necessidades relacionadas com a marca Fendt, beneficiando de uma estrutura preparada para assegurar acompanhamento comercial, assistência técnica especializada, fornecimento de peças e soluções de financiamento adaptadas às exigências do sector. ●

CONFAGRI PROMOVEU VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NA FATACIL

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. BRINDE COM O SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA, PRESIDENTE DA CM DE LAGOA, LUÍS ENCARNAÇÃO, PRESIDENTE DA CCDR ALGARVE, JOSÉ APOLINÁRIO, PRESIDENTE DA ADP ÁQUA, MACÁRIO CORREIA E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCAS, MAURÍCIO MARQUES.

A CONFAGRI marcou presença na 45.ª edição da FATACIL – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria, em Lagoa, com uma iniciativa dedicada à valorização da produção vitivinícola Nacional e a participação num debate sobre o futuro da agricultura algarvia.

No dia 22 de agosto, o espaço AMAR A TERRA, da CCDR Algarve, recebeu uma degustação de espumantes cooperativos portugueses e vinhos do Algarve, promovida pela CONFAGRI com o apoio do Município de Lagoa, da CCDR Algarve, da FENADEGAS, dos Vinhos do Algarve, da ASCAL – Associação de Criadores de Gado do Algarve e da Associação de Municípios Portugueses do Vinho.



2. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA



3. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASCAL, AFONSO NASCIMENTO



4. SEMINÁRIO "O FUTURO DA AGRICULTURA ALGARVIA NA PRÓXIMA DÉCADA", COM A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DA CONFAGRI, AUGUSTO FERREIRA

A iniciativa proporcionou aos visitantes a oportunidade de conhecer e provar diferentes espumantes cooperativos e vinhos algarvios, num momento de promoção e valorização da produção nacional. A ação procurou também evidenciar a diversidade e a qualidade da produção vitivinícola e o contributo do movimento cooperativo para a valorização dos produtos e dos territórios.

O momento contou com a presença do Presidente da CCDR Algarve, José Apolinário, do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Luís Encarnação, do Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, Maurício Marques, do Presidente da ASCAL, Afonso Nascimento, do Presidente da AdP Áqua, Macário Correia e do Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra.

A participação da CONFAGRI na FATACIL incluiu ainda, no dia 28 de agosto, a presença no seminário "O Futuro da Agricultura Algarvia na Próxima Década", promovido pela CCDR Algarve, no Convento de São José, em Lagoa. A iniciativa reuniu cerca de uma centena de participantes e abordou temas como o horizonte financeiro pós-2027, a execução dos fundos e os apoios ao investimento regional, a gestão da água e a renovação geracional. Na mesa-redonda do seminário intitulada "Os Novos Desafios da Agricultura Algarvia e os seus Constrangimentos", que reuniu representantes das principais organizações do sector, a CONFAGRI esteve representada por Augusto Ferreira. O debate centrou-se nos principais constrangimentos e desafios que se colocam à agricultura algarvia e sobre as condições necessárias para reforçar a sua sustentabilidade e capacidade de resposta.

A presença na FATACIL reforçou, assim, a intervenção da CONFAGRI na promoção da produção cooperativa e na defesa dos interesses do sector agrícola, através da valorização dos seus produtos e da participação nos principais espaços de reflexão sobre o futuro da agricultura. ●

CONFAGRI PARTICIPA NO ENCONTRO NACIONAL DAS GUARDIÃS DA NATUREZA

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A participação no painel "Mulheres na Agricultura — Cooperativas Agrícolas e Impacto Coletivo" e a assinatura de um protocolo de cooperação com a Business as Nature marcaram a presença da CONFAGRI no 4.º Encontro Nacional das Guardiãs da Natureza.



1. ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CONFAGRI E A BUSINESS AS NATURE



2. INTERVENIENTES DO PAINEL MULHERES NA AGRICULTURA — COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E IMPACTO COLETIVO

O Convento de São Francisco, em Santarém, recebeu, no dia 25 de setembro, o 4.º Encontro Nacional das Guardiãs da Natureza, promovido pela Business as Nature e pelo Município de Santarém, com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, António José Seguro. A iniciativa, realizada no Dia Nacional da Sustentabilidade e integrada nas celebrações do Ano Internacional da Mulher Agricultora, reuniu Guardiãs da Natureza, entidades parceiras e representantes de diferentes organizações para refletir sobre o papel das mulheres na agricultura e no mundo rural.

A CONFAGRI participou no programa da manhã, dedicado ao tema "Mulheres que Cultivam o Futuro", integrando o painel "Mulheres na Agricultura – Cooperativas Agrícolas e Impacto Coletivo". A sessão foi introduzida e moderada por Aldina Fernandes, Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI, e contou com a participação de Celeste Patrocínio, Presidente da Adega Cooperativa de Ponte de Lima, Beatriz Silva, Diretora-Geral da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Andrea Cortinhas, Secretária Técnica da Cooperativa de Ovinos Mirandeses (CHURRACOOP) e Maria João Cardoso, da Divisão de Economia Circular, Ambiente e Agricultura do Município de Santarém.

O painel constituiu um espaço de partilha de experiências e reflexão sobre o contributo das mulheres para a agricultura e para o desenvolvimento dos territórios rurais, com particular enfoque no papel das cooperativas e no impacto da ação coletiva.

A participação da CONFAGRI ficou também marcada pela assinatura de um protocolo de cooperação com a Business as Nature, subscrito pelo Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, e pelo Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, e, em representação da Business as Nature, pela Presidente, Susana Viseu, e pela Vice-Presidente, Georgete Félix. O acordo pretende promover o desenvolvimento sustentável e reforçar o papel das mulheres no mundo rural, aproximando as duas entidades na procura de soluções e na criação de parcerias neste domínio.

A edição de 2026 do Encontro Nacional das Guardiãs da Natureza assumiu particular relevância por decorrer no contexto do Ano Internacional da Mulher Agricultora e por procurar dar maior visibilidade ao contributo das mulheres para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, a preservação da biodiversidade e a coesão dos territórios de baixa densidade.

A participação da CONFAGRI neste encontro reforça, assim, o compromisso da Confederação com a valorização das mulheres na agricultura e com o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, reconhecendo ainda o seu papel nas cooperativas. ●

CONFAGRI RECEBE ALUNOS DE ESCOLA AGRÍCOLA FRANCESA PARA SESSÃO SOBRE RENOVAÇÃO GERACIONAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

TEXTO

CÁTIA PINTO, PATRICIA CARVALHO, ALDINA FERNANDES, DOMINGOS GODINHO

CONFAGRI

No dia 7 de setembro de 2026, a CONFAGRI, em parceria com a *Agra International*, organizou na sua sede a sessão "Promoção da Renovação Geracional e Transformação Digital no Sector Agrícola". Inserida no âmbito do projeto Agrosocial, um projeto transfronteiriço do programa Interreg POCTEP, a sessão contou com a participação de mais de três dezenas de alunos do Lycée Agricole Obernai, de França.

A iniciativa teve como objetivo dar a conhecer o papel da CONFAGRI no panorama do sector cooperativo agroalimentar português, bem como os diferentes projetos de inovação em que participa através do Departamento de Sustentabilidade, Inovação e Qualidade.

De acordo com a Estratégia para a Renovação Geracional na Agricultura, apresentada pela Comissão Europeia em 2025, a União Europeia (UE) pretende duplicar, até 2040, a percentagem de jovens agricultores com menos de 40 anos, passando dos atuais 12% para 24%[1]. Para concretizar este objetivo, é fundamental apoiar e preparar a próxima geração de agricultores, nomeadamente através da aquisição de competências práticas e da aprendizagem em contexto real de trabalho. A partilha de experiências e o acompanhamento por profissionais do sector assumem, neste contexto, um papel importante na aproximação dos jovens à atividade agrícola e na valorização das oportunidades que o sector oferece.

Neste contexto, a apresentação de projetos de inovação em curso e desenvolvidos em articulação direta com as cooperativas agrícolas e os agricultores, bem como de novas tecnologias, pode contribuir para mostrar aos mais jovens uma agricultura mais moderna e atrativa, evidenciando as oportunidades e formas de colaboração que a inovação pode criar. Foi precisamente neste âmbito que a sessão promovida pela CONFAGRI procurou aproximar os jovens ao sector cooperativo agroalimentar, dando a conhecer diferentes projetos e tecnologias e proporcionando aos alunos um espaço de partilha de conhecimentos e experiências sobre o sector. ●

Mais informações e agendamento de visitas: confagri.inovacao@confagri.pt



1. FOTO DE GRUPO



2. INTERVENÇÃO DE ALDINA FERNANDES, SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI



3. INTERVENÇÃO DE CÁTIA PINTO, INVESTIGADORA DO DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E QUALIDADE DA CONFAGRI



4. INTERVENÇÃO DE PATRICIA CARVALHO, TÉCNICA DA CONFAGRI



5. EXPLICAÇÃO HISTÓRICA DO PALÁCIO BENAGAZIL, SEDE DA CONFAGRI

NOTAS:

1 https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_25_2433

EVENTO SOBRE DIGITALIZAÇÃO NA AGROSEMANA DESTACA PROJETO VITISENSE

TEXTO

CÁTIA PINTO[A], LUCIA SANGIORGI[B], SABRINA DE NARDI[B], CLAUDIO CARNEVALE[B], DOMINGOS GODINHO[A]

[A] CONFAGRI; [B] DATINNOVA

Durante a AGROSEMANA, e no âmbito do projeto VITISENSE, a CONFAGRI organizou uma sessão dedicada ao papel estratégico da tecnologia na transformação da agricultura nacional. O encontro promoveu a reflexão sobre o contributo da inovação para uma produção agrícola mais eficiente, sustentável e orientada por dados.

Ao longo da sessão, foram apresentados exemplos concretos da aplicação de tecnologias digitais no terreno, com destaque para a agricultura de precisão, apresentada pela CONFAGRI, a deteção remota através de drones, apresentada pelo InovTechAgro, e as armadilhas inteligentes, apresentadas pela Syngenta. Em conjunto, estas soluções demonstram o potencial da tecnologia para antecipar necessidades, otimizar a utilização dos recursos e apoiar uma gestão das culturas mais informada e eficiente.

VITISENSE: integração de dados e Inteligência Artificial (IA) ao serviço da vinha

No âmbito do projeto VITISENSE, foram apresentados os mais recentes desenvolvimentos, com destaque para a integração de diferentes fontes de informação e para o desenvolvimento de modelos de IA aplicados à cultura da vinha.

Um dos principais avanços consiste na **integração de dados através de técnicas de fusão**, com a recolha automática de informação proveniente dos pilotos da Adega Cooperativa de Cantanhede e da Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa. Os dados são obtidos a partir de três fontes complementares: 1) sensores de solo, que permitem caracterizar as condições do solo; 2) estações meteorológicas, que fornecem informação sobre as condições meteorológicas locais; 3) imagens de satélite, provenientes do programa Copernicus, Sentinel-1 e Sentinel-2. Esta combinação de informação permite obter uma visão integrada das condições das parcelas e constitui uma base essencial para o desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão.

Outro dos desenvolvimentos apresentados foi a criação de **dois modelos de IA**, nomeadamente o **Modelo para o Estado do Solo** e **o Modelo para a Fenologia da Cultura**.

Enquanto o primeiro procura responder à questão "Qual é o estado atual do solo?", o segundo permite determinar "Em que fase de desenvolvimento se encontra a vinha?".

Os resultados preliminares obtidos nos dois pilotos são promissores: o Modelo para o Estado do Solo prevê as condições do solo com um erro inferior a 10%, enquanto o Modelo para a Fenologia da Cultura identifica corretamente a fase de desenvolvimento da vinha em mais de 80% dos casos, considerando os resultados de ambos os pilotos.

Estes desenvolvimentos representam um passo importante na utilização integrada de dados e IA para apoiar uma viticultura mais precisa e eficiente. Prevê-se que, a partir de novembro deste ano, esteja disponível uma versão de demonstração da solução, permitindo apresentar de forma integrada as suas funcionalidades e os resultados alcançados no âmbito do projeto VITISENSE. ●

Mais informações:
confagri.inovacao@confagri.pt



1. INTERVENÇÃO DE DOMINGOS GODINHO, COORDENADOR DO DEPARTAMENTO SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E QUALIDADE DA CONFAGRI



2. INTERVENÇÃO DE CÁTIA PINTO, INVESTIGADORA DO DEPARTAMENTO SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E QUALIDADE DA CONFAGRI

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas, sementes, fertilizantes, rações e batata de semente num ponto de retoma Valorfito.

Faça como a Família Prudêncio®

valorfito®
Em campo por amor à terra.



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU . Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins,nº 10 - 6º A . 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt

CA Empresas



PME Líder e Excelência 2026

A produção não pode parar. O crescimento também não.

Para PME líderes, a excelência não é opção, é o ponto de partida.

IAPMEI TURISMO DE PORTUGAL PME líder'25 PME excelência'24

A atribuição dos estatutos PME Líder e PME Excelência é da exclusiva responsabilidade do IAPMEI e do Turismo de Portugal

PUBLICIDADE

Para mais informações:
creditoagricola.pt

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. registada junto do BdP sob o n.º 9000

CA Crédito Agrícola